

China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S/A

Demonstrações financeiras consolidadas
para os exercícios findos em 31 de
dezembro de 2015 e 2014

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo:

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais consolidados

Demonstrações de resultados

Demonstrações de resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A (CCB Brasil) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressaltados de forma diferente, são demonstrados em base consolidada abrangendo suas empresas e em moeda nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras consolidadas do CCB Brasil foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e refletem a estrutura societária do CCB Brasil para o respectivo período.

Principais indicadores do exercício de 2015:

- **R\$ 14,0 bilhões de ativos;**
- **R\$ 8,3 bilhões de carteira de crédito expandida;**
- **R\$ 12,1 bilhões de captação total;**

Aquisição de 100% do capital total do CCB Brasil pelo China Construction Bank – CCB.

Em 29 de agosto de 2014, a CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda. (“CCB Holding”) adquiriu o controle acionário do CCB Brasil, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações entre o China Construction Bank Corporation (“CCB”) e os antigos acionistas controladores do Banco, celebrado em 31 de outubro de 2013.

Na Organização, importantes acontecimentos relacionados ao processo de aquisição pelo Grupo CCB marcaram o ano de 2015: (1) a conclusão da Oferta Pública de Ações – OPA; (2) o cancelamento de registro de companhia aberta e (3) a mudança da razão social:

(1) Oferta Pública de Ações - OPA

. Aprovação da OPA de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Companhia. A CVM concedeu, em 25 de agosto de 2015, a favor da Ofertante CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda. o registro para a realização de Oferta Pública Unificada (“OPA”) para a aquisição de até a totalidade de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia a ser realizada (i) em razão da alienação do seu controle; (ii) para cancelamento de seu registro para negociação de ações no mercado como emissora de valores mobiliários; e (iii) em decorrência da descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no

segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A denominado Nível 1 de governança corporativa.

O Edital da OPA foi publicado em 27 de agosto de 2015.

. Leilão da OPA. Em 28 de setembro, foi realizado o leilão da OPA, e como resultado, a Ofertante adquiriu 2.150.605 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a aproximadamente 1,3% das ações ordinárias de emissão da Companhia e 0,9% do capital social total da Companhia; e 52.704.417 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 56,9% das ações preferenciais de emissão da Companhia e 20,8% do capital social total da Companhia.

Assim, após a liquidação das aquisições realizadas no Leilão, que ocorreu em 1º de outubro de 2015, a Ofertante passou a deter 159.545.537 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a 99,6% das ações ordinárias, e 77.406.999 ações preferenciais, equivalentes a 83,5% das mesmas, e correspondentes, em conjunto, a 93,7% do capital social, ou a 96,1% do capital social da Companhia excluídas as ações em tesouraria.

Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela Ofertante no Leilão superou ao montante mínimo de 2/3 das ações ordinárias e das ações preferenciais, cujos titulares concordaram expressamente com o cancelamento de registro ou se habilitaram para o Leilão, a Companhia deu prosseguimento aos procedimentos necessários para cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM.

(2) Aprovação do cancelamento do registro pela CVM

A CVM aprovou, em 19 de outubro de 2015, o cancelamento do registro de emissor de valores mobiliários categoria "A" da Companhia, em continuidade à realização bem-sucedida do Leilão da OPA para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia, e em cumprimento a todas as disposições regulamentares aplicáveis.

Desse modo, a Instituição passou a ser uma companhia de capital fechado e as ações de sua emissão deixaram de estar listadas para negociação na BM&FBOVESPA e em qualquer outro mercado organizado.

(3) Aprovação da mudança da denominação social

O Banco Central do Brasil (BACEN), em publicação no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2015, autorizou a mudança da denominação social de Banco Industrial e Comercial S.A. para China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., em consonância com a AGE de 30 de setembro de 2015, a qual deliberou sobre essa matéria.

A íntegra dos Fatos Relevantes relacionados à Operação e a OPA, encontram-se no site da CVM: www.cvm.gov.br e no site de Relações com Investidores do CCB Brasil: www.br.ccb.com.

Ambiente Econômico.

Em 2015, a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 10,67%. A taxa básica de juros (Selic) encerrou 2015 em 14,25% a.a., patamar que tem se mantido nas cinco últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BACEN), abrangendo o período de julho de 2015 a março de 2016.

A taxa de câmbio apresentou expressiva volatilidade no decorrer de 2015. A depreciação do Real frente ao Dólar foi de 47,01% e a cotação ao fim do período alcançou R\$ 3,90/US\$.

A balança comercial registrou superávit (vendas externas maiores que as importações) de US\$ 19,69 bilhões, foi o resultado mais favorável desde 2011 e reverteu o déficit alcançado em 2014 de US\$ 4,05 bilhões. Em 2015, as exportações somaram US\$ 191,13 bilhões enquanto que as importações atingiram US\$ 171,45 bilhões. A China foi o principal destino das exportações e importações brasileiras, correspondendo a 18,63% e 17,92%, respectivamente, da corrente comercial.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,22 trilhões em dezembro de 2015, o que representa crescimento de 6,61% em doze meses. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 54,25%.

Ativos

Ativos totais.

Os ativos totais registraram R\$ 14.043,5 milhões no término de 2015, decréscimo de 10,18 % na comparação com 2014.

Operações de crédito.

Em 31 de dezembro de 2015, as operações de crédito totalizaram R\$ 6.282,8 milhões. A carteira de crédito expandida, que agrega as operações de avais e fianças somou R\$ 8.348,3 milhões.

O crédito corporativo, principal negócio do Banco, representou 79,4% das operações de crédito enquanto o crédito a pessoas físicas e consignado correspondeu a 20,6%, originados substancialmente pelas operações da empresa subsidiária CCB Brasil Financeira.

Passivos

Captação Total.

O montante de recursos captados alcançou R\$ 12.120,4 milhões em 2015, aumento de 3,3% nos últimos 12 meses, alinhado aos novos volumes operacionais do Banco.

Depósitos a prazo e Recursos de Letras Emitidas.

Em 2015, os depósitos a prazo totalizaram R\$ 2.793,5 milhões, recuo de 53,8% em relação ao ano anterior. Do total de depósitos a prazo, R\$ 1.050,9 milhões estavam vinculados ao “Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito” - DPGE, conforme Resolução CMN nº 3.692/09.

Em 31 de dezembro de 2015, a composição dos depósitos a prazo por tipo de depositante apresentava-se: pessoas jurídicas 63,5%, investidores institucionais 29,4%, pessoas físicas 5,9%, e instituições financeiras 1,3%.

O Banco diversifica seu mix de produtos financeiros por meio de recursos de letras emitidas como as LCAs, LFs e LCIs. O conjunto desses recursos alcançou R\$ 486,5 milhões no encerramento dos doze meses de 2015, correspondente a 4,0% da captação total.

Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2015, o Patrimônio Líquido era de R\$ 921,1 milhões. O Índice de Basileia III registrou 14,68% em dezembro de 2015, o requerimento mínimo de patrimônio de referência no Brasil é de 11%.

Reconhecimento.

Decorrente de suas práticas de Governança, o Banco preza pela qualidade e aperfeiçoamento do relacionamento e prestação de contas aos seus públicos de interesse. Com o objetivo de aperfeiçoar a comunicação de informações e revelar de forma clara as atividades e resultados econômicos, sociais e ambientais a Instituição publica anualmente seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, destinado a todos os públicos e que está disponível em seu site.

Em 2015, o CRF Institute, com sede em Amsterdam concedeu pelo quarto ano consecutivo, o prêmio de certificação “Top Employers Brasil 2015”. O Instituto é especialista na área de pesquisas internacionais sobre gerenciamento de RH e condições de trabalho. Em seu relatório deste ano, o Top Employers destacou que “o Banco oferece condições de trabalho excelentes, promove e desenvolve o talento de todos os níveis da empresa e demonstrou que é líder no ambiente de Recursos Humanos, esforçando-se para melhorar continuamente as suas práticas de Recursos Humanos e se desenvolver, sempre”.

O Banco consta da lista das 100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa 2015, após levantamento das listadas entre as “1.000 Maiores e Melhores Empresas do Brasil” (Exame) e “Melhores Empresas para Trabalhar” (Você S/A | FIA – GPTW | Época). A pesquisa envolveu cinco pilares: Qualidade de Vida no Trabalho, Responsabilidade Social, Responsabilidade Ambiental, Ética e Relacionamento com os Stakeholders, e Diversidade e Inclusão Social.

A Instituição está entre as “Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência” ao lado de outras 56 empresas que também se inscreveram. Trata-se de um papel importantíssimo na inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho que atende a conhecida Lei de Cotas - Lei nº 8.213/91 que determina uma proporção obrigatória entre 2% e 5% de pessoas com deficiência no quadro geral de funcionários das empresas com mais de 100 empregados. O Prêmio "As Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência" é uma iniciativa da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD) em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e visa induzir o processo de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, criar um instrumento adicional de apoio à Lei de Cotas por meio do reconhecimento das boas práticas inclusivas, além de incentivar constantes melhorias nas iniciativas de empresas de todo o estado de São Paulo.

O Banco foi avaliado com o grau A do seu Rating de Sustentabilidade, emitido pela Consultoria Management & Excellence em Junho/2015, reconhecimento que o impele ao aprimoramento e reforça seu compromisso com a sustentabilidade por meio da efetividade de suas ações, seu desempenho e estratégia.

O CCB Brasil foi uma das empresas que constou da lista das 100 Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional – IDHO 2015.

Recursos Humanos

O Banco encerrou o ano de 2015 com 691 funcionários, quadro de colaboradores 10,3% menor na comparação com 2014.

Relacionamento com Auditores.

O Banco e as empresas controladas não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Considerações finais.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 29 de março de 2016.)

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas e estão disponíveis no site do CCB Brasil – www.br.ccb.com

Ratings

Agências/ Consultoria	Rating	Âmbito/Classificação	Data de Publicação do Rating
Moody's	Ba3 NP Aa1.br BR-1 Negativa	• Depósitos na Escala Global em moeda estrangeira e moeda local - Longo prazo - Curto prazo • Depósitos na Escala Nacional - Longo prazo - Curto prazo • Perspectiva	25/02/16
Standard & Poor's	BB- B brA- CreditWatch Negativo	• Escala Global em moeda estrangeira e moeda local – rating de contraparte - Longo prazo - Curto prazo • Escala Nacional • Perspectiva	14/03/16
Fitch Ratings	AAA(bra) F1+ (bra) Estável	• Escala Nacional - Longo prazo - Curto prazo • Perspectiva	29/06/15
Management & Excellence	A	• Rating de Sustentabilidade	Jul/15

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas do

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. – CCB Brasil (nova denominação social do Banco Industrial e Comercial S.A.)

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. – CCB Brasil (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações de resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. – CCB Brasil em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfase

Transferência do controle acionário e operações

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 – Contexto operacional, a qual informa sobre a transferência do controle acionário do Banco, ocorrida em 29 de agosto de 2014, e as ações que o novo Controlador vem implementando para a retomada de resultados operacionais positivos, com a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes à realização do estoque de créditos tributários, considerando as alíquotas vigentes em cada período, e o plano para cumprimento dos limites mínimos de capitalização, que prevê o aumento de capital em processo de aprovação pela China Banking Regulatory Commission (CBRC), com a concretização prevista pela Administração até o final do primeiro semestre de 2016 e a consequente viabilização deste plano de negócio. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 29 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	3	426.827	273.249
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		4.381.638	3.277.507
Instrumentos de dívida	5	3.417.143	2.625.367
Instrumentos de patrimônio	6	2.117	1.867
Derivativos	7	962.378	650.273
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA			
Instrumentos de dívida	5	628.131	976.894
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		6.549.461	9.500.853
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	4	724.184	409.853
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8a	6.282.822	9.765.727
Outros empréstimos e recebíveis	9	33.658	42.604
Outros ativos financeiros	10	160.091	150.935
(-) Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	8e	(651.294)	(868.266)
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	11	253.733	244.846
INVESTIMENTOS	12	4.425	4.164
ATIVO TANGÍVEL	13	114.338	125.681
ATIVO INTANGÍVEL	14	107.813	108.081
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		1.525.332	1.019.059
Correntes	24c	29.910	63.186
Diferidos	24d	1.495.422	955.873
OUTROS ATIVOS	15	51.876	104.103
TOTAL DO ATIVO		<u>14.043.574</u>	<u>15.634.437</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		25.132	12.505
Derivativos	7	25.132	12.505
OUTROS PASSIVOS AO VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO		3.786.942	2.045.931
Dívidas subordinadas	19	1.190.293	892.515
Obrigações de empréstimos no exterior	21	205.427	223.581
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	18	-	929.835
Passivos Financeiros Objetos de Hedge	21	2.391.222	-
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO		8.333.472	11.322.863
Dívidas subordinadas	19	705.200	263.291
Depósitos de instituições financeiras	16	2.325.673	2.018.873
Depósitos de clientes	17	2.950.654	6.306.139
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	18	573.725	855.966
Obrigações de empréstimos no país	20	68.018	89.403
Obrigações de empréstimos no exterior	21	1.710.202	1.789.191
PROVISÕES	23	789.356	714.914
OUTRAS OBRIGAÇÕES	25	187.527	188.153
TOTAL DO PASSIVO		<u>13.122.429</u>	<u>14.284.366</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	26a	2.012.810	2.012.810
Ações em Tesouraria		(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados		(1.031.550)	(596.048)
Outros resultados abrangentes		(5.010)	(11.586)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>921.145</u>	<u>1.350.071</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>14.043.574</u>	<u>15.634.437</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Receitas com juros e similares	28	4.596.344	3.321.790
Despesas com juros e similares	28	(4.119.464)	(2.772.266)
Ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos)	29	82.908	(64.992)
Diferenças cambiais (líquidas)	30	47.370	13.504
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		607.158	498.036
Resultado de equivalência patrimonial		(1.622)	(685)
Receita de tarifas e comissões	31	65.908	88.409
Outras receitas (despesas) operacionais	32	(123.623)	(59.683)
TOTAL DE RECEITAS		547.821	526.077
Despesas com pessoal	33	(239.332)	(255.997)
Outras despesas administrativas	34	(150.452)	(168.791)
Despesas tributárias	35	(28.133)	(51.280)
Depreciação e amortização		(23.905)	(24.792)
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	8e	(1.059.777)	(967.555)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)		(2.673)	(80.076)
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(956.451)	(1.022.414)
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	24	520.949	429.170
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(435.502)	(593.244)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(435.502)	(593.244)
Ativos disponíveis para venda – Ajuste ao valor de mercado	10.959	11.577
Encargos fiscais sobre resultado abrangente	<u>(4.384)</u>	<u>(4.631)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>(428.927)</u></u>	<u><u>(586.298)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Nota	Capital social	(-) Ações em Tesouraria	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
				Legal	Estatutárias			
Saldos em 01 de janeiro de 2014		1.434.206	(57.506)	78.538	488.653	(18.532)	-	1.925.359
Pagamento de remuneração de ações		-	2.401			-	-	2.401
Aumento de capital com reservas		578.604	-	(75.487)	(503.117)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	6.946	-	6.946
Transferência para amortização de prejuízo		-	-	(3.051)	14.464	-	(11.413)	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(593.244)	(593.244)
Destinações :								-
Reservas		-	-	-	-	-	8.609	8.609
Em 31 de dezembro de 2014		2.012.810	(55.105)	-	-	(11.586)	(596.048)	1.350.071
Saldos em 01 de janeiro de 2015		2.012.810	(55.105)	-	-	(11.586)	(596.048)	1.350.071
Ajustes de avaliação patrimonial						6.576	-	6.576
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(435.502)	(435.502)
Em 31 de dezembro de 2015		2.012.810	(55.105)	-	-	(5.010)	(1.031.550)	921.145

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido consolidado do exercício	(435.502)	(593.245)
Depreciação e amortização	15.915	24.792
Resultado de participações em controladas	1.622	685
Movimentação nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	(506.272)	(392.133)
Constituição de provisões - Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	1.059.777	967.555
Constituição de provisões	163.660	110.057
Variação de ativos e passivos	(568.346)	(1.195.911)
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	(75.753)	44.363
Redução (aumento) de instrumentos de dívida	(436.437)	(2.179.967)
Redução (aumento) de instrumentos de patrimônio	(250)	1.983
Aumento (redução) de derivativos	(299.478)	(11.356)
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a clientes	2.206.156	343.961
Redução (aumento) de outros empréstimos e recebíveis	8.946	(7.002)
Redução (aumento) de outros ativos financeiros	(9.156)	(71.964)
Redução (aumento) de ativos mantidos para venda	(8.887)	187.100
Redução (aumento) de outros ativos	117.068	20.101
Aumento (redução) de depósitos de instituições financeiras	306.800	1.553.245
Aumento (redução) de depósitos de clientes	(3.355.485)	(459.768)
Aumento (redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários	(1.212.076)	(78.695)
Aumento (redução) de empréstimos no país	(21.385)	151
Aumento (redução) de empréstimos no exterior	(97.142)	(410.264)
Aumento (redução) de outros passivos financeiros	(3.783)	(199.724)
Aumento (redução) de outras obrigações	(78.706)	71.925
Aumento (redução) de passivos financeiros objetos de hedge	2.391.222	-
Caixa utilizado proveniente das (nas) atividades operacionais	(269.146)	(1.078.200)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienações no tangível	-	34.290
Aplicações investimentos	(1.883)	(1)
Aplicações no tangível	(9.511)	(30.464)
Aplicações no intangível	(2.149)	(10.179)
Caixa utilizado proveniente das (nas) atividades de investimento	(13.543)	(6.354)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dívida subordinada elegível a instrumentos de capital nível II	739.687	163.154
Caixa utilizado proveniente das (nas) atividades de financiamento	739.687	163.514
Fluxo de caixa utilizado no exercício	456.998	(921.040)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	287.466	1.208.506
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	744.464	287.466

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1. Contexto Operacional, Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Outras Informações

a. Contexto operacional.

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil (anterior Banco Industrial e Comercial S.A. – BICBANCO) (“CCB Brasil” ou “Banco”) constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários, administração de cartões de crédito e possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

Em 29 de agosto de 2014 foi concluída a transferência do controle acionário para o CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding) (“Controlador”), subsidiária do China Construction Bank, das ações representativas do controle acionário do CCB Brasil e suas subsidiárias.

Em 01 de setembro de 2014, foram eleitos três representantes para o Conselho de Administração do CCB Brasil e cinco novos membros para Diretoria Executiva. A homologação do Banco Central do Brasil ocorreu em 23 de março de 2015 e os novos membros tomaram posse em 26 de maio de 2015. A gestão do CCB Brasil está sendo comandada pelos novos membros nomeados pelo Controlador e exercida de forma compartilhada pelos membros remanescentes da Administração anterior, sendo três integrantes do Conselho de Administração e quatro Diretores Estatutários, a grande maioria na condição de administradores independentes.

A partir da transferência do controle acionário as operações do CCB Brasil passaram a ser conduzidas no contexto operacional de seu novo Controlador, e incluíram a consistência das políticas internas, estimativas contábeis, o alinhamento das práticas operacionais, o revigoramento e equacionamento do custo de captação, por meio da obtenção de uma linha de crédito junto ao controlador na ordem de US\$ 2 bilhões. Buscam, ainda, o reposicionamento do resultado da intermediação financeira com vistas a retomada de resultados operacionais positivos, a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes à realização do estoque de créditos tributários, o cumprimento dos limites operacionais mínimos por meio da emissão de instrumentos assemelhados a capital e a capitalização direta do Banco.

No contexto do cumprimento dos limites operacionais situam-se: (a) a emissão de títulos no exterior, em 30 de setembro de 2015, no montante de US\$ 100 milhões elegíveis a Dívida

Subordinada para compor o Patrimônio de Referência nível II (Tier II), e (b) a aprovação pelos administradores do controlador final do CCB Brasil de plano de capitalização que encontra-se em processo de aprovação pelo China Banking Regulatory Commission – CBRC visando aumento de capital do CCB Brasil no montante equivalente a US\$ 200 milhões. O objetivo dessa capitalização é a viabilização do plano de negócios e a recomposição dos níveis de capital regulatório, restabelecendo-se assim o capital nível I exigido pela regulamentação vigente. O processo de aprovação pelo CBRC e a posterior homologação pelo BACEN são esperados para até o final do 1º semestre de 2016.

Essas ações visam suprir as necessidades vindouras de capital, tais como determinadas pelo BACEN para alinhamento aos requerimentos de Basileia III e possibilitar a retomada do volume de operações comerciais do Banco e suas subsidiárias e correspondem ao compromisso assumido pelo novo Controlador em seu Plano de Negócios para instalação e funcionamento no Brasil, o qual repousa sobre a premissa básica da manutenção de adequada capitalização da instituição financeira. Além das ações mencionadas acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram captados junto ao controlador no exterior o montante de R\$ US\$ 900 milhões da linha de crédito aprovada de US\$ 2 bilhões, conforme apresentado na nota explicativa 38.

As premissas citadas, que incluem: crescimento vigoroso da carteira de crédito nas operações com empresas chinesas, retomada das operações com moedas estrangeiras voltadas ao financiamento do comércio exterior, concentração de maiores esforços nos processos voltados a recuperações de créditos e incentivo a obtenção de receitas através de operações que não exponham a riscos, fundamentam o Estudo Técnico de Realização de Crédito Tributário, devidamente aprovado pelos colegiados da diretoria e do conselho de administração, pelo qual evidencia-se a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, ao longo dos próximos anos, em volume suficiente à realização do estoque de créditos a compensar considerando as alíquotas vigentes em cada período.

Em 30 de setembro de 2015, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, para aprovar a alteração da denominação do Banco Industrial e Comercial S/A - BICBANCO para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A – CCB Brasil e padronizar a Razão Social das demais empresas. O BACEN homologou a alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, sendo que em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

A CCB Holding em 01 de setembro de 2014 submeteu a apreciação e aprovação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pedido de registro de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão do CCB Brasil detidas pelos acionistas minoritários, com vistas a futuro cancelamento de seu registro de Companhia aberta. Em 29 de setembro de 2015, foi realizado o leilão de oferta pública unificada para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Como resultado do Leilão, o CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda. ("Ofertante") adquiriu 2.150.605 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a aproximadamente 1,3% das ações ordinárias de emissão da Companhia e 0,9% do capital social total da Companhia; e

52.704.417 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 56,9% das ações preferenciais de emissão da Companhia e 20,8% do capital social total da Companhia. A liquidação das aquisições realizadas no leilão ocorreu em 1º de outubro de 2015.

Em 19 de outubro de 2015, a CVM aprovou o cancelamento do registro de emissor de valores mobiliários categoria "A" da Companhia, deste modo, a instituição passa a ser uma companhia de capital fechado e as ações de sua emissão deixaram de ser listadas para negociação na BM&FBOVESPA e em qualquer outro mercado organizado.

b. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas do CCB Brasil foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), em atendimento a exigência a Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, a partir da data-base 31 de dezembro de 2010, passou a exigir a elaboração e divulgação anual de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB – International Accounting Standard Board), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela "International Accounting Standards Committee Foundation - IASC".

Visando aprimorar a apresentação dos seus resultados segundo as normas estabelecidas pelo IASB a administração procedeu a reclassificação de alguns valores na demonstração do resultado referente ao exercício de 2014 abrangendo as rubricas Receitas com juros e Similares, Despesas com juros e similares, Ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos), Diferenças cambiais líquidas, dentre outras. Tais reclassificações não alteraram o prejuízo líquido apresentado naquele exercício.

O estudo técnico para realização do crédito tributário e as demonstrações financeiras foram concluídas pela administração e aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião de 29 de março de 2016.

c. Estimativas utilizadas.

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do CCB Brasil na elaboração das Demonstrações Financeiras. Todas as estimativas e assunções, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação. As principais políticas contábeis e métodos de mensuração estão detalhados na **nota explicativa nº 2**.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- *Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;*

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado, como segue:

O método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (PU Anbima, DIIs e DDIs Futuros etc.).

A metodologia utilizada para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros é descrita em detalhes na **nota explicativa nº 2**:

- *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros;*

O CCB Brasil reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração. Maiores detalhes são apresentados na **nota explicativa nº 2 j**.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

- *Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis;*

Nas datas-base de divulgação das demonstrações financeiras, o CCB Brasil possui como prática a verificação da existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação,

tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

- *Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos;*

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável a apuração de lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

As estimativas de apuração de lucros tributáveis futuros, baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

- *Provisões, Contingências e Outros Compromissos;*

O Banco e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na **nota explicativa nº 23**.

O detalhamento das Provisões, Contingências e Outros Compromissos está apresentado na **nota explicativa nº 23**.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Transações em moedas estrangeiras e moeda funcional.

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Real, moeda funcional do CCB Brasil e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do exercício.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Diferenças Cambiais (Líquidas)” na demonstração consolidada de resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado como “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidos)” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

b) Base para consolidação.

i. Subsidiárias

As demonstrações financeiras das entidades sobre as quais o Banco exerce controle estão consolidadas. Consequentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados nessa consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do CCB Brasil, bem como das seguintes subsidiárias:

Denominação social	País de origem	Método de Consolidação	Participação	
			2015	2014
<u>Agência no Exterior</u>				
Cayman	Cayman	Integral	100%	100%
<u>Subsidiárias diretas no País</u>				
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Informática S/A	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil S/A – Crédito, Financiamentos e Investimentos	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Cobrança Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%

As subsidiárias apresentavam as seguintes posições patrimoniais e resultados(*):

	Total de ativos		Total de passivos		Resultado		Total Patrimônio Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
CCB Brasil DTVM	20.169	18.666	2.001	1.745	1.247	1.029	16.921	15.892
CCB Brasil Leasing**	280.137	471.156	51.660	256.701	14.022	(4.836)	214.455	219.291
CCB Brasil Financeira	1.290.610	1.189.445	1.159.831	1.054.605	(4.027)	7.476	134.806	127.364
Outras	79.647	56.210	63.484	43.215	2.128	252	14.035	12.743

(*) Saldos apresentados conforme práticas contábeis exigidas pelo BACEN.

(**) As operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado. As demais controladas estão de acordo com suas demonstrações individuais.

ii. Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDCs

Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Aberto e Corporativo II foram liquidados em 17 de abril e 04 de agosto de 2015, respectivamente.

Em conformidade com as normas da CVM, na condição de originador de recebíveis cedidos ao FIDC, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto, foram consolidadas as informações contábeis dos referidos FIDC's em dezembro de 2014.

Os FIDC's acima mencionados foram constituídos na forma da instrução CVM nº 393/03, com a característica de condomínio fechado, oriundo de operações de empréstimos e com prazos de duração indeterminados, tendo o CCB Brasil subscrito a totalidade das cotas subordinadas, sendo que as cotas seniores foram subscritas por investidores qualificados.

Os FIDCs do CCB Brasil apresentavam as seguintes posições patrimoniais consolidadas(*):

Ativo	2015	2014
Disponibilidades	-	16
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	22.349
Títulos públicos federais	-	41.798
Direitos creditórios	-	47.351
(-) Provisão para devedores duvidosos	-	(7.068)
(-) Provisão para outros créditos	-	(1.127)
Outros valores	-	3
Total do Ativo	-	103.322

Passivo		
Obrigações	-	118
Patrimônio Líquido	-	103.204
Cotas seniores	-	28.209
Cotas subordinadas	-	74.995
Total do Passivo	-	103.322

(*) Apresentado conforme práticas contábeis dos referidos fundos.

c) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) – BRASILFactors.

O CCB Brasil, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40 % no capital da BRASILFactors S.A., uma joint venture, que tem como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation – IFC (20%). No primeiro trimestre de 2015, o CCB Brasil e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A para 50%, o controle permanece compartilhado. A BRASILFactors não faz parte do Consolidado CCB, permanecendo como investimento. As atividades principais da empresa são voltadas aos serviços de *factoring* e *forfaiting*, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

d) Definições e classificação dos instrumentos financeiros.

i. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o CCB Brasil se torna uma parte integrante na relação contratual do instrumento. Isso inclui: compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

ii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros.

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração.

Os ativos financeiros são classificados para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no

curto prazo decorrente de sua negociação. Derivativos por suas características são classificados nessa categoria.

- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros não mantidos para negociação e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto. Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de “ajuste ao valor justo” no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o CCB Brasil tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo.

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. O valor justo na data do negócio equivale, até prova em contrário, ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros líquidos ” da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente” ou “fechamento teórico”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os “Empréstimos e recebíveis” são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O “custo amortizado” é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e recebíveis objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionados ao(s) risco(s) objeto dos hedges.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de

taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e os derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros para negociação” e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Técnicas de avaliação.

Os métodos adotados pelo CCB Brasil para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme segue:

- Nível 1: Utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário “ativo”, e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades.

- Nível 2: Na ausência de cotações públicas, o CCB Brasil, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela BM&F estão alocados neste nível além das emissões no exterior com preços disponíveis no mercado secundário.

- Nível 3: Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Companhia para apurar seu valor justo:

	2015			2014		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	3.419.260	962.378	4.381.638	2.627.234	650.273	3.277.507
Ativos financeiros disponíveis para venda	628.131	-	628.131	976.894	-	976.894
Passivos financeiros para negociação	-	25.132	25.132	-	12.505	12.505
Outros passivos ao valor justo através do resultado	-	1.395.720	1.395.720	-	2.045.931	2.045.931
Obrigações com empresa controlada (Hedge)	-	2.391.222	2.391.222	-	-	-

As principais técnicas usadas pelos modelos internos (nível 2) do CCB Brasil para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela a seguir são as seguintes:

	Valores justos calculados utilizando-se modelos internos		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	2015	2014		
Derivativos Ativos	962.378	650.273		
Contratos de swap	933.773	644.179	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Operações a termo	28.605	6.094	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Derivativos Passivos	25.132	12.505		
Contratos de swap	24.527	7.599	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Obrigação Compra/Venda de opção de ação	605	4.906	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)

Outros passivos ao valor justo através do resultado	3.786.942	2.045.931		
Dívidas subordinadas	1.190.293	892.515	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	929.835	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Passivos Financeiros objetos de hedge	2.391.222	-	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Obrigações por empréstimos no exterior	205.427	223.581	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)

iv. Demais passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A classificação das captações externas na categoria “passivos financeiros ao valor justo através do resultado” viabiliza a neutralização do efeito da mensuração do valor justo dos derivativos, uma vez que os passivos assim designados em sua origem são mensurados ao valor justo.

O quadro abaixo tem o propósito de comparar o valor justo que está sendo utilizado contabilmente para mensuração de referidos passivos (incluindo todos os fatores de risco), o valor justo desconsiderando o fator de risco de crédito (utilizado para mensuração do valor base para liquidação das obrigações no vencimento):

	2015			2014		
	Custo Amortizado	Valor Justo (sem risco de Crédito)	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo (sem risco de Crédito)	Valor Justo
Dívidas subordinadas	1.200.899	1.315.282	1.190.293	815.616	892.515	892.515
Obrigações por empréstimos no exterior	223.262	222.419	205.427	233.842	223.581	223.581
Obrigações por títulos e valores Mobiliários	-	-	-	920.658	929.835	929.835
Obrigações com empresa controladora	2.355.297	2.391.222	2.391.222	-	-	-
Total	3.779.458	3.928.923	3.786.942	1.970.116	2.045.931	2.045.931

f) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis. No mesmo sentido, os passivos financeiros, exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo através do resultado são avaliados ao custo amortizado.

O quadro abaixo tem como propósito demonstrar o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo.

	2015		2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS				
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	724.184	724.184	409.853	409.853
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.282.822	6.530.746	9.765.727	10.155.116
Outros empréstimos e recebíveis	33.658	33.658	42.604	42.604
Outros ativos financeiros	160.091	160.091	150.935	150.935
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO				
Dívidas subordinadas	705.200	890.868	263.291	396.387
Depósitos de instituições financeiras	2.325.673	2.330.540	2.018.873	2.018.960
Depósitos de clientes	2.950.654	2.986.933	6.306.139	6.483.318
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	573.725	486.869	855.966	865.143
Obrigações de empréstimos no país	68.018	68.018	89.403	89.403
Obrigações de empréstimos no exterior	1.710.202	1.690.914	1.789.191	1.778.929

g) Baixa de ativos e passivos financeiros.

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros.

h) Compras normais de ativos financeiros.

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirar ou quando o CCB Brasil tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

i) Apresentação líquida de instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros e suas respectivas receitas e despesas relacionadas, são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando referem-se as Variações cambiais (líquidas) e Ganhos e perdas com ativos e passivos financeiros financeiros (líquidos), conforme demonstrado detalhadamente na **nota nº 31 e 30**, respectivamente.

j) Ativos financeiros não recuperáveis.

Em cada data de balanço, o CCB Brasil avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros (exceto aqueles contabilizados ao valor justo através resultado) apresentam alguma evidência de redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados com redução do valor recuperável quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável. O CCB Brasil considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas e coletivas. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar redução ao valor recuperável, que é estimada considerando o agrupamento de ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características e risco similares.

O CCB Brasil considera “evidências objetivas de redução no valor recuperável” os seguintes indicadores:

- a) Quebra contratual, como inadimplência ou mora no pagamento dos contratos;
- b) Classificações definidas pela área de crédito do CCB Brasil que indicam deterioração das operações;
- c) Operações de clientes em recuperação judicial;
- d) Operações de crédito renegociadas.

Para ativos instrumentos de dívida ou de patrimônio que sejam negociados em mercado ativo, uma redução significativa no volume de operações ou ausência de liquidez também podem também ser considerados como evidência de redução no valor recuperável, para fins desta análise, estes ativos são periodicamente avaliados pela área de Risco de Mercado do CCB Brasil.

As operações identificadas individualmente com evidência objetiva de redução ao valor recuperável são avaliadas quanto a expectativa de recuperação considerando aspectos como o situação econômico e financeira do cliente, capacidade de pagamento do devedor, prazo estimado para recebimento, garantias, probabilidade de recuperação e outros aspectos relacionados às condições da operação. Esta avaliação visa a obtenção de fatos e dados que serão utilizados para mensuração do valor presente recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos financeiros e o valor presente recuperável, descontado pelas taxa de juros efetiva original dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado na conta “Perdas com redução do valor recuperável de ativos financeiros”. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias,

independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Na avaliação e cálculo da redução ao valor recuperável coletiva, efetuada tanto para ativos que individualmente não possuam evidência de redução no valor recuperável, quanto para ativos não individualmente significativos, o CCB Brasil utiliza percentuais calculados com base em estudos de perda histórica que levam em conta os volumes de perda incorrida nos últimos três anos e o comportamento dos grupos de ativos com características e riscos de crédito similares. Nas situações em que se constatar que os percentuais de perda histórica não representam exatamente as condições atuais de risco de crédito de um grupo de ativos, estes percentuais são ajustados conforme o julgamento da administração. O exercício deste julgamento, quando necessário, leva em conta, dentre outros, as condições atuais da economia (e do cenário doméstico de crédito), e pode levar a ajustes nos percentuais de perda histórica uma vez constatado que as perdas reais possuem a probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

A partir de setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de redução do valor recuperável de operações créditos às práticas do novo controlador, a provisão para redução do valor recuperável a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes:

- a) aumento no valor base de exposição para determinação de exposição significativa.
- b) maior destaque à utilização de garantias para avaliação do valor recuperável de operações de crédito.
- c) alteração dos indicadores de perda passando a considerar atrasos superiores a 90 dias, operações em recuperação judicial e créditos classificados entre D e H de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do BACEN.
- d) redução do número de anos para apuração da média móvel de perda histórica para apuração da provisão de perda de valor de exposições não significativas.

As perdas por redução ao valor recuperável com Títulos de investimento disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período.

Os ativos financeiros são retirados do balanço da entidade quando não há mais expectativa de recuperação.

k) Operações compromissadas.

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica

“Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” ou “Empréstimos e adiantamentos a clientes” (“Depósitos de instituições financeiras” ou “Depósitos de clientes”).

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

l) Ativos não financeiros mantidos para venda.

Ativos não correntes destinados à venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. Ativos não correntes para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes destinados à venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Ganhos (perdas) com ativos não circulantes destinados à venda não classificados como operações descontinuadas” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não circulante destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

m) Períodos de vencimento residual.

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados é informada na **nota explicativa nº 36-b**.

n) Ativo tangível.

Ativo tangível inclui o valor de móveis, veículos, hardware e outros utensílios de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

Tipo de Ativo	Taxa Anual
Prédios para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Automóveis	20%
Equipamentos de escritório e Informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso seja constatada redução no valor recuperável de um ativo tangível, o valor apurado e as respectivas reversões (se este for o caso) são registrados no resultado do período na linha de “Ganhos (Perdas) com outros ativos (líquidas)”.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, as entidades consolidadas reconhecem a reversão da perda por não-recuperação reconhecida em períodos anteriores e ajustam as despesas de depreciação futuras de acordo. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

o) Contabilização de leasings.

Leasings financeiros são *leasings* que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao *leasing* mais o valor residual garantido - que, de modo geral, é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do *leasing* - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica “Empréstimos e adiantamento a clientes” no balanço patrimonial consolidado.

p) Ativo intangível.

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem prováveis que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização

acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

i. Ágio obtido em uma aquisição de subsidiárias

O ágio é originado no processo de aquisição de subsidiárias.

O ágio representa o excesso do custo da aquisição em razão do interesse da entidade no valor justo dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis na empresa adquirida na data da aquisição. Quando este excesso é negativo (deságio), é reconhecido imediatamente no resultado. O ágio é classificado como um intangível de vida útil indefinida, assim sendo, ele não é passível de amortização pelo prazo de benefício econômico futuro esperado.

A não-recuperação do ágio (ou seja, uma redução em seu valor recuperável abaixo de seu valor contábil) é avaliada ao final de cada período apresentado, e qualquer não-recuperação é baixada e debitada à rubrica “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas) - outros ativos intangíveis” na demonstração consolidada do resultado.

Uma perda por não-recuperação reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

q) Outros ativos.

Este item inclui o saldo de todos os adiantamentos, despesas antecipadas, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

r) Outras obrigações.

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

s) Provisões, ativos e passivos contingentes.

A Administração, ao elaborar as demonstrações financeiras consolidadas, efetua uma distinção entre:

- Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda para as entidades consolidadas cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos. De acordo com as normas contábeis, provisões devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

- Ativos contingentes: possíveis ativos que se originem de eventos passados e cuja existência dependa da ocorrência ou não-ocorrência de eventos além do controle do CCB Brasil. Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado ou na demonstração consolidada do resultado, mas sim divulgados nas notas explicativas, desde que seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.
- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, devendo seus efeitos ser apenas divulgado na face das notas explicativas.

Provisões que são quantificadas com base nas melhores informações disponíveis sobre as consequências do evento que lhes deu origem e revisadas e ajustadas ao final de cada exercício são usadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Provisões para passivos contingentes, compromissos, provisões para impostos e outras contingências legais e outras provisões, incluem o valor das provisões reconhecidas para cobrir contingências fiscais e legais e ações judiciais trabalhistas e cíveis e das demais provisões reconhecidas pelas entidades consolidadas.

t) Reconhecimento de receitas e despesas.

Os critérios mais significativos utilizados pelo CCB Brasil para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.

- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

u) Garantias financeiras.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou avalizados pela entidade, etc.

O CCB Brasil reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, reconhece no ativo do balanço patrimonial consolidado o valor de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado.

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar reconhecidas sob a rubrica “Passivos financeiros ao custo amortizado - outros passivos financeiros” no balanço patrimonial consolidado são reclassificados para a provisão adequada.

v) Impostos sobre a renda.

Os impostos sobre a renda são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a lei nº 13.169/15.

A expectativa de realização dos créditos tributários do Banco, conforme demonstrada na **nota explicativa nº 24**.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos sobre a renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

w) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa.

Os termos a seguir são usados nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor foram classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”.

x) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor.

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras. Não houve por parte da instituição adoção antecipada das normas e/ou alterações das normas apresentadas abaixo:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em seu formato final em julho de 2014 e com data de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2018 (permitida aplicação antecipada), substituirá em sua plenitude o IAS39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IFRS 9 apresenta diferenças significativas com relação à:
 - (i) Classificação e mensuração: Com a classificação de ativos financeiros baseada no modelo de negócios em que tal ativo é mantido e nos fluxos de caixa contratuais deste ativo. Desta forma, foram definidas três categorias de ativos financeiros, sendo elas “custo amortizado”, “valor justo através de outros resultados abrangentes” e “valor justo através do resultado”. Para os passivos financeiros a principal alteração introduzida afeta a opção ao valor justo, em que a mudança no valor justo do passivo financeiro atribuível ao risco de crédito próprio da entidade deve ser registrada em linhas destacadas do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.
 - (ii) Metodologia de impairment: Com a introdução do conceito de reconhecimento da perda de crédito esperada para o instrumento financeiro desde seu reconhecimento inicial, com posteriores alterações na provisão conforme mensurações subsequentes da expectativa de perda de crédito. Deste modo, não é mais necessário que ocorra o evento de perda para que a provisão seja reconhecida (conforme definido no IAS 39). Os conceitos introduzidos pela norma devem ser aplicados apenas para as categorias “custo amortizado” e “valor justo através de outros resultados abrangentes”.
 - (iii) Contabilidade de hedge: Com a inclusão de requerimentos que aproximam mais a contabilidade de hedge do gerenciamento de riscos da entidade, com uma abordagem baseada em princípios, que apontou assim as principais inconsistências e fraquezas do IAS39. Os três métodos de contabilização de hedge existentes na norma aplicada atualmente são mantidos (que são: hedge de fluxo de caixa, hedge do valor justo e hedge de investimentos líquidos em operações no exterior).

A adoção do IFRS acima mencionado terá efeito sobre as demonstrações financeiras consolidadas no que se refere à atual classificação em categorias dos instrumentos financeiros e à atual metodologia de mensuração de impairment, que é baseada no reconhecimento da perda a partir do evento de crédito ocorrido. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- IFRS15 - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2018. A norma em IFRS especifica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas relevantes. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Será aplicável para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado. Os possíveis impactos de correntes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 16 - Contratos de Leasing – Emitida em janeiro de 2016, com data de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2019. Esta norma contém uma nova abordagem para os contratos de leasing, que requer ao arrendador reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – As alterações são relativas aos conceitos de materialidade, ordem das notas explicativas, subtotais, políticas contábeis e desagregação. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alterações da IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas –Estas alterações permitem o uso do método da equivalência patrimonial como uma opção nas demonstrações financeiras individuais de uma entidade para a contabilização de investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alterações das IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou Transação de Ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento em conjunto – Estas alterações estabelecem que um ganho ou perda deve ser reconhecido pelo seu montante integral quando a transação envolve ativos que constituem um negócio (se o negócio está alojado em uma

subsidiária ou não). Quando a transação envolve ativos que não constituam um negócio, um ganho ou perda parcial é reconhecida, mesmo que esses ativos estejam registrados em uma subsidiária. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Ciclos de Atualizações do IFRS

- Alterações no IFRS. Ciclo 2012 - 2014 (obrigatório para exercícios anuais, que iniciam em/ou após 1 de janeiro de 2016) – Estas alterações introduzem pequenas alterações às IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

Os possíveis impactos decorrentes das alterações vigentes a partir de 2016 estão sob a análise do Banco, que deverá ser concluída até a data de entrada em vigor da norma.

3. Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil

	2015	2014
Caixa	1.073	1.606
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	392.445	173.429
Depósitos compulsórios no Banco Central	33.309	98.214
	426.827	273.249
Moeda:		
Real	35.300	101.161
Dólar norte-americano	391.527	172.088
	426.827	273.249

4. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	2015	2014
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	724.184	409.853
	<u>724.184</u>	<u>409.853</u>
Tipo:		
Operações compromissadas	-	22.843
Depósitos interfinanceiros	350.946	157.703
Outros empréstimos	373.238	229.307
	<u>724.184</u>	<u>409.853</u>
Moeda:		
Real	393.570	370.652
Dólar norte-americano	330.614	39.201
	<u>724.184</u>	<u>409.853</u>

A **nota explicativa nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

5. Instrumentos de Dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” é a seguinte:

	2015	2014
Ativos financeiros para negociação	3.417.143	2.625.367
Ativos financeiros disponíveis para venda	628.131	976.894
	<u>4.045.274</u>	<u>3.602.261</u>
Tipo:		
<i>Ativos financeiros para negociação:</i>	<u>3.417.143</u>	<u>2.625.367</u>
Títulos do governo brasileiro	3.313.850	2.563.817
Cotas de Fundos de Multimercado	103.293	61.550
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda:</i>	<u>628.131</u>	<u>976.894</u>
Títulos do governo brasileiro – NTN	628.131	962.336
Eurobonds	-	14.558
Moeda:		
Real	4.045.274	2.625.367
Dólares norte-americanos	-	976.894
	<u>4.045.274</u>	<u>3.602.261</u>

6. Instrumentos de Patrimônio

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio” é a seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	<u>2.117</u>	<u>1.867</u>
Tipo:		
Ações de empresas nacionais	1.861	1.615
Outros ativos financeiros	<u>256</u>	<u>252</u>
	2.117	1.867

A **nota explicativa nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros para negociação, instrumentos de patrimônio.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os detalhes, por tipo de risco inerente, do valor justo dos derivativos para negociação são indicados a seguir:

	2015					
			Valor de Referência			
	Diferencial		Posição Líquida dos Contratos Ativos e (Passivo)			
	A Receber	A Pagar	A Vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	-	39.187	(37.627)	(2.036.479)	(397.203)	(2.471.309)
Moeda Estrangeira	953.784	9.412	37.627	2.036.479	397.203	2.471.309
Subtotal	953.784	48.599	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(20.011)	(24.072)	-	-	-	-
Total	933.773	24.527	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	26.014	172	78.400	142.907	-	221.307
Venda de Termo/NDF	2.591	433	(17.110)	(64.480)	-	(81.590)
Subtotal	28.605	605				
Contratos de Opções Flexíveis						
Compra de Opções Flexíveis	-	-	-	-	175.689	175.689
Subtotal	-	-				
Total	962.378	25.132				
Contratos Futuros:						
Compra – Mercado Interfinanceiro	-	-	16.242	28.651	-	44.893
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	-	(79.417)	(233.338)	(3.831.878)	(4.144.633)
Compra IND	-	-	3.071	-	-	3.071
Compra – DDI – Cupom Cambial	-	-	9.826	23.487	-	33.313
Venda – DDI – Cupom Cambial	-	-	-	(56.963)	-	(56.963)
Venda – Moeda Estrangeira	-	-	(374.793)	-	-	(374.793)

	2014					
			Valor de Referência			
	Diferencial		Posição Líquida dos Contratos Ativos e (Passivo)			
	A Receber	A Pagar	A Vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	34	2.935	43.112	(591.116)	(468.165)	(1.016.169)
Moeda Estrangeira	636.718	5.125	(53.002)	574.757	468.165	989.920
Ações BICB4	2.188	-	9.890	16.359	-	26.249
Subtotal	638.940	8.060	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	5.239	(461)	-	-	-	-
Total	644.179	7.599				
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	4.973	313	43.635	92.498	-	136.133
Venda de Termo/NDF	1.121	4.593	(161.794)	(4.391)	-	(166.185)
Subtotal	6.094	4.906				
Total	650.273	12.505				
Contratos Futuros:						
Compra – Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-	3.495	3.495
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	-	(179.224)	(415.901)	(2.540.767)	(3.135.892)
Compra IND	-	-	3.028	-	-	3.028
Compra – DDI – Cupom Cambial	-	-	33.174	56.578	-	89.752
Venda – DDI – Cupom Cambial	-	-	-	(28.817)	-	(28.817)
Venda – Moeda Estrangeira	-	-	(197.071)	-	-	(197.071)

A **nota explicativa nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual dos derivativos.

O Banco realiza operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos, como forma de minimização dos riscos resultantes das operações financeiras.

A partir do primeiro semestre de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contratou operações de Swap (USDxCDI) registrando-as na CETIP, com valores, prazos e taxas similares, e classificou a estrutura como hedge contábil de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido no IFRS 39.

8. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes

a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Empréstimos e adiantamento a Clientes	2015	2014
Capital de giro	2.337.844	4.584.027
Financiamento Importação/Exportação	1.887.720	2.229.488
Consignado	917.906	803.015
CDC	334.780	390.907
Outros empréstimos - composição de dívida	290.361	473.834
Outros empréstimos	165.659	158.195
Operações de Arrendamento Mercantil	116.463	250.112
Títulos Descontados	91.291	227.380
Rural	56.011	116.867
Cheque especial e conta garantida	45.969	445.957
Fiança Honrada	34.855	5.161
Imobiliário	2.136	2.018
Financiamento ao Consumo	1.827	78.766
Total de Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.282.822	9.765.727

As operações de arrendamento mercantil, compoem o saldo da modalidade de "Finaciamento ao Consumo".

A **nota explicativa nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Diversificação por indexador

A seguir, os detalhes, por modalidade, setor do devedor e por fórmula de taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não-recuperação:

						2015
Tipo de Operação	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Empréstimos e Adiantamento a Clientes	1.727.903	2.790.093	14.950	1.645.670	104.206	6.282.822
Total	1.727.903	2.790.093	14.950	1.645.670	104.206	6.282.822

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP, UMBNDES e IGPM.

2014

Tipo de Operação	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Empréstimos e Adiantamento a Clientes	2.143.877	5.799.789	80.115	1.715.395	26.551	9.765.727
Total	2.143.877	5.799.789	80.115	1.715.395	26.551	9.765.727

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP, UMBNDES e IGPM.

c) Diversificação por setor de atividade

Setor de Atividade	2015	2014
Setor Privado	4.895.079	8.342.321
Indústria	2.764.738	3.981.429
Outros Serviços	1.112.778	2.622.393
Comercio	745.860	1.394.554
Agronegócio	248.535	276.792
Intermediários Financeiros	23.168	67.153
Pessoas Físicas	1.293.997	1.248.027
Setor Público	93.746	175.379
Total	6.282.822	9.765.727

d) Cessão de crédito para instituição não financeira

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram cedidas operações de créditos, com transferência substancial dos riscos e benefícios no montante de R\$ 3.655 (Dezembro/14 - R\$ 31.472) para pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional, gerando resultado negativo no montante de R\$ 1.715 (Dezembro/14 - R\$ 654). Adicionalmente, foram vendidas operações de créditos já baixadas para prejuízo, gerando resultado no valor de R\$ 9.000 (Dezembro/14 - R\$ 1.879).

e) Composição da redução ao valor recuperável

As variações nas provisões para as perdas por não-recuperação nos saldos da rubrica “Empréstimos e financiamentos - empréstimos e adiantamentos a clientes” são as seguintes:

Empréstimos e adiantamento a clientes

	2015	2014
Operações avaliadas individualmente	1.014.516	698.038
Provisão para redução ao valor recuperável	(421.703)	(377.144)
	<u>592.813</u>	<u>320.894</u>
Operações avaliadas coletivamente	5.268.306	9.046.159
Provisão para redução ao valor recuperável	(229.591)	(491.122)
	<u>5.038.715</u>	<u>8.555.037</u>
Total empréstimos e adiantamento a clientes	6.282.822	9.744.197
Total provisão para redução ao valor recuperável	(651.294)	(868.266)
Saldo líquido empréstimos e adiantamento a clientes	<u>5.631.528</u>	<u>8.875.931</u>
	<u>2.015</u>	<u>2.014</u>
Saldo inicial de provisão para perda por redução no valor recuperável	868.266	408.442
Constituição/(reversão) de saldos contra provisão de perdas no valor recuperável	1.059.777	967.555
Baixa de saldos contra provisão de perdas por redução no valor recuperável	(1.276.749)	(507.731)
Saldo final de provisão de perda por redução no valor recuperável	<u>651.294</u>	<u>868.266</u>
Recuperação de créditos compensados	106.710	16.420
Créditos renegociados no período	356.504	433.363
Percentual da provisão sobre a carteira de crédito	10,37%	8,81%

9. Outros Empréstimos e Recebíveis.

São considerados “Outros Empréstimos e Recebíveis” todos os saldo cujas contra partes não são clientes ou instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica é basicamente composta por saldos pendentes de liquidação junto a bolsa de valores (nos prazos usuais de mercado) e créditos concedidos sem característica de concessão de crédito perfazendo juntos o montante de R\$ 33.658 (2014 - R\$ 42.604).

10. Outros Ativos Financeiros

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Carteira de Cambio (liquido)	160.091	150.935

11. Ativos Mantidos para Venda

Os ativos não financeiros classificados como mantidos para venda são registrados no Balanço patrimonial quando de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. No caso do CCB Brasil estes ativos correspondem, principalmente, a imóveis disponíveis para venda recebidos em dação de pagamento, os quais são contabilizados inicialmente pelo menor valor entre o valor contábil e seu valor justo menos custos de venda.

A política do CCB Brasil consiste em ter o domínio do bem imóvel (mesmo que ainda não tenha a posse), quando for obtido o Auto de Adjudicação ou Carta de Arrematação ou Dação em Pagamento (domínio do bem), e para Veículos/Outros será com base na sentença definitiva (domínio do bem). No momento em houver a posse do bem, será feita a baixa do contrato de crédito e a contabilização do bem em “Ativos Mantidos para Venda” pelo valor constante no laudo de avaliação elaborado por perito credenciado pelo Conglomerado CCB Brasil, limitado ao valor da dívida.

O laudo especificará os critérios de avaliação e os parâmetros de comparação utilizados para a determinação do valor. O bem estará disponível para venda, somente após a regularização das pendências (exceto emissão de posse). Será reavaliado depois de esgotado o prazo regulamentar (1 ano) + prorrogações + leilão obrigatório. O valor da provisão de perdas será constituído ou complementado sempre que o valor de mercado (avaliação) for inferior ao valor do custo contábil.

A administração efetua esforços para que os ativos mantidos para venda sejam vendidos em no máximo em 3 anos, a partir da data de contagem do prazo, desde que não haja impedimento jurídico. Caso a venda não seja realizada dentro do período mencionado, os fatores que impossibilitaram a venda serão reavaliados e considerados no processo periódico de avaliação do valor recuperável do bem.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração de Resultado Abrangente na rubrica de “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)”. Os ganhos e perdas decorrentes de alienação de ativos mantidos para venda são registrados na linha de “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidas)”.

a) Composição

	2015	2014
Classificação:		
Ativos mantidos para venda	253.733	244.846
	<u>253.733</u>	<u>244.846</u>
Tipo:		
Máquinas e equipamentos	26.461	26.078
Imóveis	288.464	282.922
Veículos	16.448	12.220
Outros	188	-
Material em estoque	-	367
Provisão por redução ao valor recuperável	(77.828)	(76.741)
	<u>253.733</u>	<u>244.846</u>

b) Movimentação

	2015	2014
Saldo inicial	244.846	431.946
Bens retomados	57.939	34.065
Alienações	(49.052)	(221.165)
Saldo no final do exercício	<u>253.733</u>	<u>244.846</u>

12. Investimentos

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	2015	2014
Entidades com controle compartilhado - BrasilFactors	4.425	4.164

O CCB Brasil, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A., uma joint venture, que tem como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation – IFC (20%). No primeiro trimestre de 2015, o CCB Brasil e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A para 50%, o controle permanece compartilhado.

As atividades principais da empresa são voltadas aos serviços de factoring e forfaiting, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

Por ser constituída sob a forma de joint venture (Empreendimento Controlado em Conjunto) o CCB Brasil, como empreendedor, reconhece seu investimento na entidade através do método de equivalência patrimonial proporcional participação detido, ou seja 50%, nas demonstrações financeiras do Banco.

13. Ativo Tangível

Os ativos tangíveis do CCB Brasil dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O CCB Brasil não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o CCB Brasil avaliou a existência de perdas por não recuperação para os grupos do Ativo tangível no montante de R\$ 1.117 e R\$ 686, em 2015 e 2014, respectivamente.

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido
Terrenos e edificações	164.275	(54.845)	(10)	109.420
Sistemas de processamento de dados	12.966	(11.644)	(42)	1.280
Instalações, móveis e equipamentos de uso	20.474	(8.914)	(615)	10.945
Benfeitorias em imóveis de terceiros	32.132	(32.132)	-	-
Imobilizações em curso	2.159	-	-	2.159
Outros	2.880	(984)	(19)	1.877
Saldos em 31 de dezembro de 2014	234.886	(108.519)	(686)	125.681
Terrenos e edificações	166.813	(63.785)	-	103.028
Sistemas de processamento de dados	12.762	(12.022)	(82)	658
Instalações, móveis e equipamentos de uso	21.099	(10.876)	(984)	9.239
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19.089	(19.089)	-	-
Outros	2.691	(1.227)	(51)	1.413
Saldos em 31 de dezembro de 2015	222.454	(106.999)	(1.117)	114.338

As variações na rubrica “Ativo tangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	234.886	245.262
Adições	9.488	12.127
Alienações	(21.920)	(22.503)
Saldos no final do exercício	222.454	234.886
Redução ao Valor Recuperável - Impairment	(1.117)	(686)
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(108.519)	(111.169)
Adições	(4.407)	(3.779)
Alienações	5.927	6.429
Total depreciação no final do exercício	(106.999)	(108.519)
Saldo líquido do Ativo Tangível	114.338	125.681

14. Intangível

A composição do saldo da rubrica "Outros ativos intangíveis" é a seguinte:

	Vida útil estimada	2015	2014
Com vida útil definida:			
Gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais	Diversos	10.656	8.555
Amortização acumulada	Até 5 anos	(8.033)	(5.664)
Sem Vida útil definida:			
Ágio CCB Brasil Financeira		105.190	105.190
		<u>107.813</u>	<u>108.081</u>

As variações na rubrica "Outros ativos intangíveis" foram as seguintes:

	2015	2014
Saldos iniciais	108.081	108.497
Adições	2.101	(4.164)
Amortizações	(2.369)	3.748
Saldos no final do exercício	<u>107.813</u>	<u>108.081</u>

As despesas com amortização foram incluídas na rubrica "Depreciação e amortização" na Demonstração do Resultado.

O CCB Brasil avaliou a existência de perdas por não recuperação para os grupos do Ativo Intangível. Não foram detectadas perdas no valor recuperável destes ativos na data base analisada.

a) Combinação de Negócios (intangível)

Seguindo sua estratégia de expansão das atividades de financiamento ao varejo, o CCB Brasil adquiriu 100% do capital da CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil condicionada ao aporte de capital de R\$ 150.000, que ocorreu em 01 de junho de 2010, data que em que ocorreu a efetiva transferência de controle. A principal atividade da CCB Brasil Financeira é a atuação no segmento de varejo primordialmente com a concessão de crédito consignado pessoas físicas.

O goodwill (ágio) de R\$ 105.190, representado pelo excedente do valor pago aos antigos controladores e o valor justo do patrimônio líquido da companhia na data da aquisição, está

consubstanciado basicamente na expectativa de rentabilidade futura oriunda da sinergia entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira. Esta expectativa encontra-se devidamente suportada em laudo de empresa especializada.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado a unidades geradoras de caixa (UGCs), identificadas de acordo com os segmentos operacionais (nota explicativa nº 37).

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso, para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2015.

CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	105.190
Segmento operacional:	105.190
Varejo	105.190
	Varejo
Principais premissas:	
Base de avaliação	Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	10 anos
Taxa de crescimento na perpetuidade	5,0% a.a.
Taxa de desconto (2)	13,35%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM), considerando a metodologia de cálculo: $KE = RF + \beta \cdot (RM - RF)$ dos fatores descritos abaixo:

R _F	Taxa Referencial BMF para 10 anos em Dez-12 (BMFBovespa)	10,56%
Beta	Beta ajustado (Modelo Scholes & Williams) por liquidez/tamanho de BICB4, 5Y, retornos semanais (FBM)	85%
R _M – R _F	Prêmio de mercado implícito, DEZ-12 (Damodaran/NYU)	3,28%
K _E BRL	Custo de capital próprio em BRL nominal	13,35%

Foi realizado teste de sensibilidade das principais premissas, possíveis de mudança razoável, e não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

15. Outros Ativos

a) A composição dos saldos da rubrica “Outros ativos” é a seguinte:

	2015	2014
Despesas antecipadas	25.838	65.193
Devedores diversos	11.535	28.671
Outros pagamentos	10.597	4.920
Adiantamentos e antecipações Salarias	1.725	1.492
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	1.724	3.345
Demais contas	457	464
Dividendos a receber	-	18
	51.876	104.103

16. Depósitos de Instituições Financeiras

A composição, por classificação, contraparte, tipo e moeda, dos saldos dessas rubricas é a seguinte:

	2015	2014
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	2.325.673	2.018.873
	2.325.673	2.018.873
Tipo:		
Depósitos Interfinanceiros	810.814	401.990
Obrigações por operações Compromissadas	1.511.007	1.614.644
Outras instituições	3.852	2.239
	2.325.673	2.018.873
Moeda:		
Real	2.325.673	2.018.873
	2.325.673	2.018.873

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 o CCB Brasil não detinha em sua carteira própria instrumentos de dívida vinculados como garantia de operações compromissadas.

A **nota explicativa nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, depósitos de instituições financeiras.

17. Depósitos de Clientes

A composição, por classificação, tipo e rubrica “Depósitos de clientes” é a seguinte:

	2015	2014
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	2.950.654	6.306.139
	2.950.654	6.306.139
Tipo:		
Depósitos a prazo	2.793.593	6.040.543
Depósitos à vista	110.253	217.298
Depósitos Poupança	12.734	12.834
Outros Depósitos	31.699	21.975
Relações com correspondentes	3	10.332
Depósito em moeda estrangeira	2.372	3.157
	2.950.654	6.306.139
Moeda:		
Real	2.948.282	6.302.982
Dólar Norte-americano	2.372	3.157
	2.950.654	6.306.139

A **nota explicativa nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, depósitos a clientes.

18. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	2015	2014
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	573.725	855.966
Outros passivos ao valor justo através do resultado	-	929.835
	<u>573.725</u>	<u>1.785.801</u>
Tipo:		
<i>Passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
Obrigações por títulos e valores no exterior	86.966	109.453
Recursos em moeda nacional	486.518	746.304
Obrigações por aceites de títulos cambiais	241	209
	<u>573.725</u>	<u>855.966</u>
<i>Outros passivos ao valor justo no resultado</i>		
Obrigações por títulos e valores no exterior	-	929.835
	<u>-</u>	<u>929.835</u>

A **nota explicativa nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações por títulos e valores mobiliários.

A composição, por moeda de emissão, do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Moeda de emissão	2015	2014
Real	486.518	746.304
Dólar norte-americano	87.207	1.039.497
Saldos no final do exercício	<u>573.725</u>	<u>1.785.801</u>

19. Dívidas Subordinadas

Os detalhes do saldo da rubrica “Dívidas subordinadas” são os seguintes:

	2015	2014
Classificação:		
Outros Passivos ao Valor Justo no resultado	1.190.293	892.515
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	705.200	263.291
	<u>1.895.493</u>	<u>1.155.806</u>
Tipo:		
Outros Passivos ao valor justo no resultado		
Títulos e valores no exterior	126.887	86.308
Eurobonds	1.063.406	806.207
	<u>1.190.293</u>	<u>892.515</u>
Passivos Financeiros ao custo amortizado		
CDB Subordinado	705.200	263.291
	<u>705.200</u>	<u>263.291</u>

Os detalhes, por moeda de emissão, do saldo da rubrica “Dívidas subordinadas” são os seguintes:

Moeda:	2015	2014
Dólar norte-americano	1.190.293	892.515
Real	705.200	263.291
	<u>1.895.493</u>	<u>1.155.806</u>

A **nota explicativa nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual das dívidas subordinadas em cada fim de exercício.

20. Obrigações de Empréstimos no País

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações de empréstimos no país” é a seguinte:

	2015	2014
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	68.018	89.403
	68.018	89.403
Sendo:		
Obrigações por repasses - Outras Instituições oficiais	60.389	78.069
Outros fundos e programas	7.629	11.334
	68.018	89.403
Moeda:		
Real	68.018	89.403
	68.018	89.403

A **nota explicativa nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações de empréstimos no país.

21. Obrigações de Empréstimos no Exterior

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações de empréstimos no exterior” é a seguinte:

	2015	2014
Classificação:		
Passivo Financeiro ao custo amortizado	1.710.202	1.789.191
Outros passivos ao valor justo através do resultado	205.427	223.581
Passivo Financeiro objeto de Hedge (*)	2.391.222	-
	<u>4.306.851</u>	<u>2.012.772</u>
Sendo:		
Passivo Financeiro ao custo amortizado:		
Financiamento a Importação / exportação	1.467.159	1.728.612
Obrigação por repasse no exterior	97	49.098
Outras obrigações	-	11.481
	<u>1.467.256</u>	<u>1.789.191</u>
Outros passivos ao valor justo através do resultado:		
Financiamento a Importação / exportação	242.946	20.264
Obrigação por repasse no exterior	205.427	203.317
	<u>448.373</u>	<u>223.581</u>
Passivos Financeiros objeto de Hedge:		
Empréstimos no exterior	2.355.297	-
Ajuste a Valor de Mercado	35.925	-
	<u>2.391.222</u>	<u>-</u>
Moeda:		
Dólar norte-americano	4.306.851	2.012.772

A **nota explicativa nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações de empréstimos no exterior.

(*) Hedge contábil

A partir do primeiro semestre de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contratou operações de Swap (USDxCDI) registrando-as na CETIP, com valores, prazos e taxas similares, e classificou a estrutura como hedge contábil de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido no IAS 39.

Em 31 de dezembro de 2015 a estrutura de hedge contábil está representada da seguinte forma:

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO

	<u>Instrumento de Hedge</u>		<u>Objeto de Hedge</u>	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (*)
Hedge de captações no exterior	2.357.914	36.257	2.355.297	35.925

(*) Registrado na rubrica Derivativos

22. Outros Passivos Financeiros

Refere-se ao valor das cotas seniores dos FIDCs, registradas como passivo no processo de consolidação dos FIDCs.

	2015	2014
Obrigações FIDC	-	74.664

A **nota explicativa nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, outros passivos financeiros.

23. Provisões

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

b) Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

b.1) CSLL x Isonomia – valor envolvido R\$ 129.310: pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido está sendo depositado em juízo.

b.2) COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 438.119: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 21.790.

b.3) PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 71.145: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 70.880.

b.4) PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 – valor envolvido R\$ 15.013: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44 da Lei nº 4.506/64, no art.12 do Decreto-Lei

nº 1.587/77 e no art. 226 do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

b.5) PIS - Emenda Constitucional nº 17/97: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 25/11/97 e 23/02/98, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 23/02/98 a contribuição ao PIS na forma da Lei Complementar nº 7/70.

b.6) INSS – Avulsos/Autônomos/Administradores: pleiteia compensar recolhimentos indevidos, em face do Supremo Tribunal Federal ter declarado inconstitucional os termos “empresários” e “autônomos”, por não encontrarem fundamento no inciso I, art. 195, da Constituição Federal – CF, o qual, até o advento da Emenda Constitucional – EC nº 20/98, previa instituição de contribuição social apenas sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro. O valor envolvido foi depositado em juízo. Decisão totalmente favorável transitada em julgado no 1º semestre de 2013. Aguardando levantamento integral do depósito judicial.

c) Passivos contingentes classificados como perda possível

c.1) Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

PIS - Emenda Constitucional nº 17/97 – valor envolvido R\$ 10.829: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 25/11/97 e 23/02/98, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 23/02/98 a contribuição ao PIS na forma da Lei Complementar nº 7/70. Decisão final totalmente favorável ao CCB Brasil transitada em julgado em junho/2015.

IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior – valor envolvido R\$ 11.669: pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do art. 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares nº 2.269/92 e nº 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 17.696: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD / 1994 – valor envolvido R\$ 21.352: pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 69.803: pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7º, XI, da Constituição Federal e art. 28, parágrafo 9º, da lei nº 8.212/91.

INSS – Aviso Prévio Indenizado – valor envolvido R\$ 1.288: pleiteia afastar a exigência do INSS incidente sobre as verbas pagas aos empregados, a título de Aviso Prévio Indenizado, em face da natureza jurídica de indenização, portanto não sujeita a contribuição para a Seguridade Social prevista no art. 22º, inciso I, e no art. 28º, da lei nº 8.212/1991. Decisão final totalmente favorável ao CCB Brasil transitada em julgado em novembro/2015.

c.2) Processos trabalhistas

O CCB Brasil possui 109 (Dez/14 – 95) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 29.060 (Dez/14 – R\$ 17.533). Existem 128 (Dez/14 – 121) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 10.725 (Dez/14 – R\$ 41.618), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 6.630 (Dez/14 – R\$ 14.412). As contingências tem relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

c.3) Processos cíveis

O CCB Brasil possui 2.749 (Dez/14 – 2.861) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 86.863 (Dez/14 – R\$ 71.908). O CCB Brasil possui 569 (Dez/14 – 614) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 712.902 (Dez/14 - R\$ 883.576), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 337.453 (Dez/14 - R\$ 355.764). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

d) Movimentação das provisões para obrigações legais e passivos contingentes, classificados como perda provável:

Descrição	CCB Brasil CONSOLIDADO				
	2014	Adição	Reversão	Atualização	2015
Cíveis	71.908	21.675	(4.638)	(2.082)	86.863
Trabalhistas	17.533	14.285	(1.057)	(1.701)	29.060
Subtotal	89.441	35.960	(5.695)	(3.783)	115.923
Fiscais e previdenciárias	2014	Adição	Reversão	Atualização	2015
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	118.747	-	-	10.563	129.310
PIS – Receita Bruta Operacional – EC 10/96 e EC 17/97	11.762	-	-	346	12.108
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	68.489	-	(2.053)	5.400	71.836
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	424.881	-	-	33.589	458.470
ISS - Serviços Não tributados - LC nº 56/87	1.435	-	-	114	1.549
ISS – Operações de Leasing fora da Sede	159	-	-	-	159
Subtotal	625.473	-	(2.053)	50.012	673.432
Total	714.914	35.960	(7.748)	46.229	789.355

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia o montante de R\$ 64.086 (2014 - R\$ 8.607) – processos Cíveis, R\$ 17.289 (2014 – R\$ 13.067) – processos Trabalhistas e R\$ 291.792 (2014 – R\$ 207.595) – processos Fiscais, estes valores foram alocados na rubrica “Empréstimos e Adiantamento a Instituições Financeiras”

24. Impostos de Renda Correntes e Diferidos

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2015		2014	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(956.451)	(956.451)	(1.022.414)	(1.022.414)
Adições temporárias	1.310.348	1.102.704	1.555.886	1.555.894
Adições permanentes	176.508	176.508	166.354	158.487
Exclusões	(696.249)	(696.249)	(674.245)	(712.449)
Lucro Real e base de cálculo da CSLL	(165.844)	(373.488)	25.580	(20.483)
(+) Resultado fiscal negativo das empresas consolidadas	260.088	548.080	364.796	372.280
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	7.001	(153.613)	(28.384)	(9.780)
Lucro Real e base de cálculo da CSLL	101.245	20.979	361.992	342.017
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CS	15.698	3.004	8.230	5.234
Adicional de 10% de IR	9.665	-	5.463	-
Impostos correntes	25.363	3.004	13.693	5.234
Conciliação do Resultado				
Impostos correntes	25.363	3.004	13.693	5.234
Deduções do imposto (Incentivos Fiscais)	-	-	-	-
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(8.780)	9.730	(13.486)	(2.236)
(=) Provisão de IR e CS	16.583	12.734	207	2.998
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(307.066)	(326.797)	(293.246)	(206.063)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL)	(65.022)	(82.212)	(91.199)	(55.842)
Realização do crédito tributário (Reversão de adições temporárias)	104.088	102.059	128.384	77.028
Realização do crédito tributário (s/ compensação prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL)	1.642	23.042	7.096	1.467
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(266.358)	(283.908)	(248.965)	(183.410)
Total	(249.775)	(271.174)	(248.758)	(180.412)
Imposto de renda e contribuição social		(520.949)		(429.170)

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

	2015	2014
Resultado antes da tributação	(956.451)	(1.022.414)
Imposto de renda corrente (nota 24.a)	520.949	429.170
Alíquota efetiva	54,47%	41,98%

A alíquota efetiva se diferencia da alíquota vigente aplicada para a apuração do imposto de renda, conforme as adições e exclusões apresentados a seguir:

	2015	Alíquota
Resultado antes do imposto de renda	(956.451)	
Imposto de renda às alíquotas vigentes	(382.581)	40%
Adições e exclusões no cálculo do imposto:		
Resultado na agência no exterior	(38.531)	
Participações nos lucros	5.000	
Despesa não dedutível - atualização depósito	(3.622)	
Ajuste Estoque CT Dif. Alíq. CSLL 15% x 20% MP.675/15	(191.343)	
Ajuste CT CSLL 20% X 15% (Realizações após 2018)	60.350	
Ajuste Passivo Diferido - Dif. Alíquota CSLL 15% x 20%	1.911	
Outras adições permanentes indedutíveis	27.866	
Imposto de renda do exercício	520.949	54%

c) Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes

Os saldos da rubrica "Imposto de renda correntes" é composto por:

	2015	2014
Impostos de Renda e Contribuição Social a Compensar	68.442	96.185
Impostos de Renda e Contribuição Social sobre Lucro	(24.704)	(27.409)
Impostos de Renda e Contribuição Social sobre Salários	(10.428)	(11.090)
Outros	(3.400)	5.500
Total Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes (*)	29.910	63.186

d) Impostos Diferidos

Os saldos da rubrica "Impostos diferidos" Ativo / (Passivo) é composto por:

	2015	2014
Crédito Tributário	1.535.113	994.638
Passivos Diferidos		
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	(30.924)	(8.211)
IR sobre Superveniência de depreciação	(8.767)	(30.554)
	(39.691)	(38.765)
Total de Impostos Diferidos	1.495.422	955.873

e) Realização dos créditos tributários

Com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. Para os créditos tributários existentes na data do balanço, foram estimados os seguintes percentuais de realização: 31,4% até dezembro de 2016, 27,8% até dezembro de 2017, 14,7% até dezembro de 2018, 7,1% até dezembro de 2019, 16,2% até dezembro de 2020, 0,5% até dezembro de 2021, 0,3% até dezembro de 2022, 0,1% até dezembro de 2023, 0,1% até dezembro de 2024 e 1,8% até dezembro de 2015.

A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da realização de lucros tributáveis futuros, suportados por estudos técnicos, sendo que o ativo fiscal diferido somente é reconhecido na medida em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado no tempo.

A Administração acredita que os esforços empreendidos na geração de lucros tributáveis futuros, conforme evidenciado no estudo técnico anteriormente mencionado, serão suficientes a suportar a manutenção do registro dos créditos tributários.

No término do exercício social de 2015 o CCB Brasil apurou pelo segundo ano consecutivo prejuízos fiscais para fins de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social. De acordo com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, dentre outras exigências, somente podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias quando se apresentar expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros e histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência.

Diante do exposto, com a concretização do aumento de capital já autorizado pelos chineses, o que possibilita a retomada dos negócios, em função das imitações regulatórias, bem como aliado a outras medidas, como profunda alteração no perfil de captação, com relevante redução de custos, a administração projeta a ocorrência lucros tributáveis nos próximos anos. Mas existe possibilidade de, ao término do primeiro semestre de 2016, vir a apresentar justificativa ao Banco Central do Brasil, fundamentada no estudo técnico de expectativa de lucros tributários, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.441 de 29 de outubro de 2015 e Circular nº 3.776, de 30 de dezembro de 2015, visando assegurar a manutenção dos registros de créditos tributários do Banco. Esse processo de transição era esperado, o novo controlador e a administração confiam plenamente na viabilidade do novo plano de negócios e na concretização das estimativas que fundamentam o estudo técnico sobre crédito tributário.

Valor presente dos créditos tributários - com base na taxa SELIC projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam, aproximadamente, R\$ 1.220.926 (Dezembro/14 – R\$ 787.237).

25. Outras Obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica “Outras obrigações”:

	2015	2014
Credores diversos - país	93.806	95.539
Outros pagamentos	29.174	30.596
Comissões sobre fianças diferidas	22.898	21.507
Despesas de pessoal	17.477	17.708
Gratificações e participações a pagar	12.500	440
Outras despesas administrativas	10.855	8.738
Dividendos a pagar	816	914
Obrigações por aquisições de bens e direitos	1	12.711
	<u>187.527</u>	<u>188.153</u>

26. Patrimônio Líquido

a) Capital

O capital social do banco é de R\$ 2.012.810 e está dividido em 252.903.569 ações nominativas, sendo 160.206.833 ordinárias e 92.696.736 preferenciais, sem valor nominal, totalmente realizado e homologado pelo Banco Central do Brasil.

A composição do capital realizado e homologado pelo Banco Central do Brasil está demonstrada no quadro a seguir:

	Ações					
	2015			2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Residentes no Brasil	160.206.832	92.036.011	252.242.843	160.206.832	92.036.011	252.242.843
Residentes no exterior	1	660.725	660.726	1	660.725	660.726
Total de ações	160.206.833	92.696.736	252.903.569	160.206.833	92.696.736	252.903.569
Total em Reais	1.275.054.738	737.755.127	2.012.809.865	1.275.054.738	737.755.127	2.012.809.865

b) Ações em tesouraria

A Administração do CCB Brasil, por meio das deliberações provenientes das reuniões do Conselho de Administração, autorizou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011 a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

- 1) As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;
- 2) No período de 01/01/2011 a 31/12/2011 o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.

No primeiro semestre de 2014, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações).

Durante o ano de 2015 não houve movimentação das ações em Tesouraria - R\$ 55.105 mil (2014 – R\$ 55.105 mil), número de ações correspondente 6.398.518.

27. Garantias Prestadas

O CCB Brasil oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Máximo valor potencial de pagamentos futuros	2015	2014
Garantias prestadas		
Avais e fianças	2.065.537	2.472.199
Performance exportação	1.426.867	1.685.203
Carta de crédito	18.206	61.873
Custódia	86.360	80.031
Cobrança de exportação	1.322.301	1.543.299
Total de garantias prestadas	3.492.404	4.157.402

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez. Em 31 de dezembro de 2015 foram detectadas garantias fornecidas pelo CCB Brasil cujo exercício é considerado como “provável” no montante de R\$ 99.940, para as quais o Banco constituiu provisão no valor de R\$ 78.078 que leva em consideração as garantias obtidas nestas operações.

28. Receitas e Despesas com Juros e Similares

Juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do *hedge*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2015	2014
Receitas de juros e similares	4.596.344	3.321.790
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	25.855	113.808
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
- Operações de crédito	1.252.463	1.452.287
Operações sem impairment	1.252.463	1.407.021
Operações com Impairment	-	45.266
- Operações de arrendamento mercantil	10.595	45.454
Operações sem impairment	10.595	45.454
Ativos financeiros para negociação		
- Instrumentos de dívida	491.619	362.928
- Instrumentos de patrimônio	92	-
- Fundos de Investimentos	13.298	545
Derivativos	2.802.422	1.346.768
Despesas de juros e similares	(4.119.464)	(2.772.266)
Depósitos de instituições financeiras		
- Depósitos interfinanceiros	(86.059)	(36.532)
- Captação no mercado aberto	(151.123)	(14.066)
Depósitos de clientes		
- Poupança	(972)	(933)
- A prazo	(706.959)	(797.404)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	(982.454)	(45.074)
Obrigações de empréstimos no país	(3.246)	(43.500)
Obrigações de empréstimos no exterior	(492.276)	(372.110)
Comissões de Crédito Consignado	(65.760)	(30.913)
Derivativos	(1.630.615)	(1.431.734)
Receita Líquida com Juros	463.582	548.980

29. *Ganhos com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)*

Os ganhos com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos, às provisões e pelos ganhos resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) **Composição**

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Ganhos (perdas) com:		
Ativos financeiros para negociação	8.792	1.788
Outros ativos ao valor justo através do resultado	5.786	(19.035)
Outros passivos ao valor justo através do resultado	104.255	(47.745)
Outros passivos objeto de Hedge	(35.925)	-
Sendo:	82.908	(64.992)
Ativos financeiros para negociação		
Instrumentos de dívida	574	1.788
Instrumentos de patrimônio	-	
Derivativos	8.218	
Outros ativos ao valor justo através do resultado		
Instrumentos de dívida	5.786	942
Derivativos	-	(19.977)
Outros passivos ao valor justo através do resultado	104.255	(47.745)
Outros passivos objeto de Hedge	(35.925)	-

30. Diferenças Cambiais (Líquidas)

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as diferenças que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgados para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

	2015	2014
Ganhos (perdas) com:		
Variação cambial de ativos e passivos	47.370	13.504
Sendo em ativos financeiros		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	89.740	4.153
Instrumento de dívida	7.816	(978)
Carteira de Câmbio	475.647	168.852
Derivativos	1.169.093	239.063
Sendo em passivos financeiros		
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(778.300)	(192.513)
Obrigações por empréstimos no exterior	(916.626)	(205.073)
	47.370	13.504

31. Receitas de Tarifas e Comissões

A rubrica “Receita de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todos os honorários e comissões acumulados em favor do Banco no ano, exceto aqueles que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Rendas de garantias prestadas	38.066	38.542
Rendas de outros serviços	14.707	19.343
Outras rendas de tarifas bancárias - PJ	13.004	30.380
Rendas de tarifas bancárias - PF	131	144
	65.908	88.409

32. Outras Receitas (Despesas) operacionais

Entre essa rubrica da demonstração do resultado consolidada estão:

	2015	2014
Provisão para realização de garantias prestadas	(78.079)	-
Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(72.225)	(84.279)
Reversão de contingências tributárias	2.053	187
Recuperação de encargos e despesas	7.462	4.523
Renda de aquisição de recebíveis	13.945	18.010
Outras (despesas) Receitas	3.221	1.876
	(123.623)	(59.683)

33. Despesas com Pessoal

A composição da rubrica “Outras despesas de pessoal” está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Salários	137.374	138.160
Benefícios	22.851	22.163
Programa de remuneração aos funcionários	18.981	25.672
Remuneração dos administradores	-	7.867
Encargos Sociais	44.633	44.956
Honorários de diretoria	12.935	14.593
Outros	2.558	2.586
	<u>239.332</u>	<u>255.997</u>

34. Outras Despesas Administrativas

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2015	2014
Imóveis, instalações e materiais	41.177	43.155
Serviços de terceiros	40.662	62.806
Tecnologia e sistemas	19.538	17.675
Despesas Processos Judiciais	13.634	9.008
Despesas do Sistema Financeiro	11.965	12.884
Outras despesas administrativas	9.393	8.446
Publicidade	5.441	5.153
Ajudas de custo e despesas de viagem	2.787	2.344
Comunicações	2.772	4.066
Sistema de transporte	2.008	2.172
Prêmios de seguros	1.075	1.082
	<u>150.452</u>	<u>168.791</u>

35. Despesas Tributárias

Referem-se substancialmente às contribuições federais para PIS e COFINS que atingiram montante de R\$ 28.133 (2014 – R\$ 51.280)

36. Outras Divulgações

a) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o Banco não detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros.

b) Vencimento residual

Em atendimento ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, apresentamos a seguir a composição dos instrumentos financeiros, dos saldos de caixa e equivalente de caixa, bem como do correspondente gap de liquidez dos referidos ativos e passivos, de acordo com as faixas de vencimento.

31 de dezembro de 2015							
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	35.300	391.527	-	-	-	-	426.827
Instrumentos de dívida	-	-	483.106	248.316	2.679.782	634.070	4.045.274
Instrumentos de patrimônio	2.117	-	-	-	-	-	2.117
Derivativos	-	8.924	334.972	173.576	369.236	75.670	962.378
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	347.417	2.482	374.285	-	-	724.184
Empréstimos e adiantamentos a clientes	258.434	1.405.209	2.139.980	2.016.097	382.289	80.813	6.282.822
Outros empréstimos e recebíveis	-	1.196	32.462	-	-	-	33.658
Outros Ativos Financeiros	-	469.681	(309.580)	(10)	-	-	160.091
Total	295.851	2.623.954	2.683.422	2.812.264	3.431.307	790.553	12.637.351
Passivo:							
Depósitos de instituições financeiras	3.852	1.549.693	106.516	41.471	461.083	163.058	2.325.673
Depósitos de clientes	126.837	988.372	1.131.079	670.853	33.513	-	2.950.654
Derivativos	-	6.094	19.038	-	-	-	25.132
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	154.657	288.156	130.912	-	-	573.725
Dívidas subordinadas	-	-	366.300	510.247	1.018.946	-	1.895.493
Obrigações de empréstimos no país	7.629	29.414	27.383	3.592	-	-	68.018
Obrigações de empréstimos no exterior	-	243.233	371.913	54.671	44.619	22.310	736.746
Passivos Financeiros com CCB			3.570.104				3.570.104
Total	138.318	2.971.463	5.880.489	1.411.746	1.558.161	185.368	12.145.545
GAP de Liquidez (1)	157.533	(347.509)	(3.197.067)	1.400.518	1.873.146	605.185	491.806

(1) Investimentos com liquidez imediata apresentados de acordo com suas respectivas datas de vencimento nominais.

	31 de dezembro de 2014						
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	101.160	172.089	-	-	-	-	273.249
Instrumentos de dívida	15.452	58	77.270	937.869	302.164	2.269.448	3.602.261
Instrumentos de patrimônio	1.867	-	-	-	-	-	1.867
Derivativos	-	2.305	367.747	280.221	-	-	650.273
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	155.051	22.354	232.448	-	-	409.853
Empréstimos e adiantamentos a clientes	368.315	3.048.868	2.994.181	2.840.918	87.734	425.711	9.765.727
Outros empréstimos e recebíveis	-	17.138	3.954	21.512	-	-	42.604
Outros Ativos Financeiros	-	469.663	753.040	(1.071.766)	-	-	150.935
Total	486.794	3.865.172	4.218.545	3.241.202	389.898	2.695.159	14.896.769
Passivo:							
Depósitos de instituições financeiras	2.239	71.412	196.437	231.401	1.379.298	138.086	2.018.873
Depósitos de clientes	242.028	1.298.069	2.326.036	2.437.710	2.296	-	6.306.139
Derivativos	-	10.524	1.287	694	-	-	12.505
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	240.044	1.305.223	240.534	-	-	1.785.801
Dívidas subordinadas	-	-	13.406	424.140	-	718.260	1.155.806
Obrigações de empréstimos no país	-	55.463	30.800	3.140	-	-	89.403
Obrigações de empréstimos no exterior	-	519.141	820.471	612.460	30.350	30.350	2.012.772
Total	244.267	2.194.653	4.693.660	3.950.079	1.411.944	886.696	13.381.299
GAP de Liquidez (1)	242.527	1.670.518	(475.115)	(708.877)	(1.022.046)	1.808.463	1.515.470

(1) Investimentos com liquidez imediata apresentados de acordo com suas respectivas datas de vencimento nominais.

c) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

Caixa e Equivalente de Caixa	2015	2014
Disponibilidades	393.518	175.098
Aplicações Mercado Aberto (Operações Compromissadas)	-	22.843
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	20.332	50.324
Aplicações Moedas Estrangeiras	330.614	39.201
	<u>744.464</u>	<u>287.466</u>

d) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é tomador de garantias junto aos organismos internacionais IDB (Inter-American Development Bank), IFC (International Finance Corporation) e devedor por

empréstimos obtidos junto ao IDB (Inter-American Development Bank) e IFC (Internacional Finance Corporation), DEG (Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH) e Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, com prazos que vão de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e trimestralmente aferidos pelos credores mencionados.

e) Contratos de seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

37. Segmentos Operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Atacado
- Varejo

O Banco mantém como principal foco de sua estratégia atuação no segmento de Atacado. Referido segmento inclui basicamente a concessão de operações de crédito com garantia de recebíveis, sendo o Capital de Giro o produto mais rentável do segmento. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que proporcionam ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco. Adicionalmente, o Banco participa ativamente no mercado de câmbio cujas captações são realizadas junto a bancos internacionais.

O segmento Varejo inclui operações de crédito consignado para empregados do setor público, segmento este no qual o Banco opera por mais de dez anos com baixo histórico de inadimplência.

A distribuição geográfica das receitas geradas pelos segmentos Atacado e Varejo não é uma informação relevante no processo de tomada de decisão da alta diretoria da instituição. Considerando este cenário e ainda o fato de que estas informações não estão disponíveis, o CCB Brasil optou por não divulgá-las.

Todas as receitas demonstradas no quadro de segmentação foram geradas junto a clientes externos. Não foram geradas nos exercícios de 2015 e 2014 receitas entre os segmentos Atacado e Varejo.

As demonstrações de resultado condensadas e outros dados significativos estão relacionados a seguir. Não há diferenças materiais entre a soma das receitas dos segmentos e o resultado contábil do CCB Brasil.

	Atacado	Varejo	2015	Atacado	Varejo	2014
Receitas com juros e similares	4.424.097	172.247	4.596.344	3.130.105	191.685	3.321.790
Despesas com juros e similares	(4.007.691)	(111.773)	(4.119.464)	(2.677.232)	(95.034)	(2.772.266)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	82.908	-	82.908	(64.992)	-	(64.992)
Diferenças cambiais (líquidas)	47.370	-	47.370	13.504	-	13.504
Receita Líquida com Juros	546.684	60.474	607.158	401.385	96.651	498.036
Resultado de equivalência patrimonial	(1.622)	-	(1.622)	(685)	-	(685)
Receita de tarifas e comissões	56.295	9.613	65.908	78.330	10.079	88.409
Outras receitas (despesas) operacionais	(147.940)	24.317	(123.623)	(59.683)	-	(59.683)
Despesas com pessoal	(223.897)	(15.435)	(239.332)	(241.154)	(14.843)	(255.997)
Outras despesas administrativas	(122.550)	(27.902)	(150.452)	(149.929)	(18.862)	(168.791)
Despesas tributárias	(22.453)	(5.680)	(28.133)	(45.305)	(5.975)	(51.280)
Depreciação e amortização	(23.905)	-	(23.905)	(24.792)	-	(24.792)
Desconto ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.020.905)	(38.872)	(1.059.777)	(942.998)	(24.557)	(967.555)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)	28.705	(31.378)	(2.673)	(50.214)	(29.862)	(80.076)
Prejuízo antes da tributação	(931.588)	(24.863)	(956.451)	(1.035.045)	12.631	(1.022.414)
Total em Ativos	12.752.963	1.290.611	14.043.574	14.444.993	1.189.444	15.634.437
Principal linha de ativo:						
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.127.447	1.155.375	6.282.822	8.678.207	1.087.520	9.765.727
Total em Passivos	11.962.598	1.159.831	13.122.429	13.229.762	1.054.604	14.284.366
Principal linha de passivo:						
- Depósitos de clientes	1.812.685	1.137.969	2.950.654	5.218.619	1.087.520	6.306.139

38. Transações com Partes Relacionadas

As partes relacionadas do CCB Brasil devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

O CCB Brasil e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.137.969	1.222.401	130.357	116.738
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A	-	189.216	18.616	24.727
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	1.137.969	1.033.185	111.741	92.011
Cotas de Fundo de Investimentos – FIDC	71.024	28.896	14.387	2.082
BRASILFactors (a)	71.024	28.896	14.387	2.082
Operações de Cessão de Crédito	277.656	485.038	75.550	94.347
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	263.575	208.372	75.550	94.347
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC's	14.081	276.666	-	-
Depósitos à vista	(3.639)	(2.352)	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	(22)	(12)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(488)	(509)	-	-
CCB Brasil Informática S/A (a)	(2)	(4)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda (a)	(882)	(54)	-	-
BRASILFactors (a)	(1)	(1)	-	-
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(1.454)	(1.446)	-	-
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(790)	(326)	-	-
Depósitos a prazo	(135.062)	(136.504)	(20.537)	(18.133)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	(19.416)	(17.984)	(2.470)	(1.676)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(9.253)	(88.352)	(9.340)	(13.527)
CCB Brasil Informática S/A (a)	(657)	(591)	(83)	(65)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda (a)	(40.996)	(23.464)	(2.941)	(2.326)
BRASILFactors (a)	(10.516)	(5.088)	(832)	(392)
FDIC BRASILFactors (b)	(1.663)	-	(2.408)	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(52.457)	-	(2.410)	-
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(104)	(1.025)	(53)	(147)
Operações compromissadas	(180.029)	(131.808)	(20.829)	(9.327)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(127.987)	(127.106)	(18.527)	(8.167)
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(52.042)	(4.702)	(2.302)	(1.160)
Debentures	-	-	-	(234)

BRASILFactors (a)	-	-	-	(234)
LCA	(2.517)	-	(131)	(19)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(2.517)	-	(131)	(19)
LCI	(25.944)	(2.693)	(267)	(44)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(25.944)	(2.693)	(267)	(44)
Swap	-	(694)	(4.178)	(694)
BRASILFactors (a)	-	(694)	(4.178)	(694)
NDF	(1.650)	-	(3.908)	-
BRASILFactors (a)	(1.650)	-	(3.908)	-
Obrigações por Empréstimos	3.570.104	-	383.999	-
China Construction Bank Corporation (d)	3.570.104	-	383.999	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(397.526)	-	(7.410)	-
China Construction Bank Corporation (d)	(397.526)	-	(7.410)	-
Prestação de serviços	-	80	-	201
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	-	80	-	201

- (a) Controladas e Coligadas diretas;
(b) Controladas e Coligadas indiretas;
(c) Controladores e Pessoal Chave da Administração;
(d) Controladora indireta sediada no exterior;
(e) Controladora direta.

Vencimentos e taxas das operações com partes relacionadas:

As operações de LCA foram realizadas com taxas de 97% do CDI para as pós-fixadas e 8% para as pré-fixadas, e possuem vencimento final em até 03 anos. Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 104% do CDI (2014 – 106% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 05 anos.

Remuneração da Administração

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima agregada para os Administradores membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, bem como é definido teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício.

A partir de 01 de janeiro de 2012, teve início a vigência da Resolução CMN nº 3.921/10, a qual determinou estrutura mínima de remuneração variável a ser paga a Administradores de Instituições Financeiras, com a seguinte delimitação: 50% da remuneração variável poderá ser paga em dinheiro; 10% da remuneração variável deverá ser paga em ações do CCB Brasil, com deliberação e disponibilidade imediata; e 40% da remuneração variável deverá

ser paga em ações do CCB Brasil com a disponibilidade diferida proporcionalmente por 03 anos consecutivos, condicionada ao cumprimento, em cada um daqueles anos, das metas individuais, de equipe e Corporativas estabelecidas em Plano específico, que vincule o pagamento de remuneração variável ao efetivo desempenho positivo da instituição. O CCB Brasil efetuou pagamento de remuneração no primeiro semestre de 2014 no montante de R\$ 2.402, relativa ao exercício de 2013 e 2012, seguindo as disposições da Resolução nº 3.921/10, relativamente a pagamento em dinheiro e pagamento em ações. O efeito contábil está registrado em participações no lucro, de acordo com os limites estatutários.

i) Benefícios de curto prazo

Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria do CCB Brasil Múltiplo e Consolidado:

	2015	2014
Remuneração fixa	12.935	14.593
Remuneração variável	-	7.536
Outros	833	1.759
Total	13.768	23.888

ii) Benefícios de longo prazo e pós-emprego

O CCB Brasil não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

iii) Rescisão do contrato

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

iii) Outros benefícios

O CCB Brasil não concedeu, até a presente data, nenhum benefício de longo prazo ou benefício pós-emprego aos administradores da entidade.

Operações de crédito

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

i) Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas.

ii) Qualquer entidade controlada pela instituição.

Qualquer entidade da qual o Banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimo ou adiantamento a quaisquer controladas, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

Participação acionária

Após a realização da Oferta Pública de Aquisição de Ações ocorrida em 29 de setembro de 2015 os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não possuem mais participação acionária no Banco.

39. *Gestão do Risco*

Gestão de Riscos

A estrutura de controle dos riscos de mercado, crédito e operacional é centralizada, visando assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas e a melhor identificação dos riscos que possam afetar a estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Propicia adicionalmente uma visão global das exposições, de forma a aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas. A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios da Instituição.

O Banco dispõe de diversas políticas, normas e procedimentos para realizar o gerenciamento dos riscos. Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressos pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da organização.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a organização tenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos, permitindo o seu adequado gerenciamento.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil estão alinhadas aos objetivos estratégicos da organização, às melhores práticas e em conformidade com normativos estabelecidos por órgãos supervisores, sendo revisadas e atualizadas regularmente de forma a refletir mudanças nos mercados, produtos e regulamentações.

Governança e Responsabilidade sobre Riscos

Na estrutura organizacional do CCB Brasil, observa-se um adequado nível de segregação de funções no processo de subordinação das diversas diretorias responsáveis pelas funções de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controles Internos, o que condiz com o porte da Instituição.

No que tange a Gestão de Riscos, o CCB Brasil possui três unidades independentes de Gestão de Riscos – Operacional, Mercado e Crédito - subordinadas à Diretoria de Governança Corporativa, que tem seu reporte direto à Vice-Presidência Operacional, que perante o Banco Central foi designado o diretor responsável pela Gestão de Capital.

O Apetite ao Risco

O apetite ao risco refere-se aos tipos e níveis de riscos que de forma ampla a Instituição se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos que por sua vez influencia a cultura e o modo de atuação da Instituição.

Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

Para o CCB Brasil, a estrutura de apetite ao risco é considerada como um elemento-chave no cumprimento das obrigações de requerimentos de capital vigentes.

Cenários dos Testes de Estresse

Análises de cenário para testes de estresse são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do CCB Brasil em situações de eventos extremos, mas plausíveis. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam.

Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido existente com o volume demandado por cenários de estresse, incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Enquanto a predição de eventos futuros podem não cobrir todas as eventualidades, nem identificar precisamente os eventos futuros, cenários analisados no passado podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos quando eventos similares acontecerem.

Tabela I– Valores Destacados para cada Parcela de Risco

Descrição	CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	2015	
	Valor destacado	Risco
Parcela de risco de Crédito – (Pepr)	958.447	
Parcela de risco de câmbio – (Pcam)	3.532	
Parcela de risco de taxas de juros – (Pjur)	2.386	
Parcela de risco de ações– (Pacs)	491	
Parcela de risco operacional- (Popr)	160.769	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	1.125.625	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA – Nível I	435.401	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA – Nível II	1.066.668	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA – Nível I + II	1.502.069	

Fator de risco – 11% sob (PR)	165.228
Índice da Basileia – (Fator de risco/ PRE)	14.68%

Descrição	2014	
	Valor Destacado	Risco
Parcela de risco de Crédito – (Pepr)	1.374.929	
Parcela de risco de câmbio – (Pcam)	-	
Parcela de risco de taxas de juros – (Pjur)	-	
Parcela de risco de ações – (Pacs)	8.712	
Parcela de risco operacional – (Popr)	170.136	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	1.553.777	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA – Nível I	1.160.451	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA – Nível II	764.734	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA – Nível I + II	1.925.185	
Fator de risco – 11% sob (PR)		211.770
Índice da Basileia – (Fator de risco/ PRE)		13,63%

A administração acredita que a implementação do plano de negócios em vigor (nota 1), permitirá alcançar os objetivos de requerimento de capital exigidos pelo plano de negócios da companhia e atender aos níveis mínimos de capitalização requeridos pelo Banco Central do Brasil.

Em 1º de março de 2013 o BACEN editou um conjunto de quatro Resoluções e quinze circulares, conhecido por “Basileia III”, que estabeleceu novos requerimentos de capital para as instituições financeiras operantes no sistema bancário brasileiro, dentre elas a Resolução nº 4.192/13 que impôs medidas de impacto sobre a metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência, em vigor desde Outubro/13, especialmente no tratamento dos créditos tributários e do Capital de Nível II composto no caso do CCB Brasil, de dividas subordinadas.

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO

<u>Calculo do Índice de Basileia</u>	<u>Basileia III</u> <u>Dez 2015⁽¹⁾</u>	<u>Basileia III</u> <u>DEZ 2014⁽²⁾</u>
Patrimonio de Referencia Nivel I	435.401	1.160.451
- Capital Principal	435.401	1.160.451
Patrimonio de Referencia Nivel II	1.066.668	764.734
- Divida Subordinada	1.066.668	764.734
PATRIMONIO DE REFERENCIA	1.502.069	1.925.185
Risco de Credito	958.447	1.374.929
Risco de Mercado	6.409	8.712
Risco Operacional	160.769	170.136
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA	1.125.625	1.553.777

Índice de Basileia	14,68%	13,63%
Índice de Capitalização Nível I	4,25%	8,22%
Índice de Capitalização Nível II	10,42%	5,41%

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas do Consolidado Prudencial.

(2) Valores calculados com base nas informações consolidadas das Instituições Financeiras (Conglomerado Financeiro).

Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento do Risco de Mercado.

É responsabilidade do Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado a manutenção e atualização da Política e estrutura da área e levá-la a discussão à diretoria, anualmente. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado oriundos das atividades comerciais e tesouraria do banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Banco designou o Diretor de Controladoria responsável pela Estrutura de Risco de Mercado perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

Abaixo um resumo dos principais riscos de mercado considerados pelo Banco:

Risco de Taxa de Juros: O risco associado à mudanças do valor de mercado de determinado ativo decorrente da variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Risco de Ações: Envolve o índice de ações e as cotações de ações, propriamente ditas e surge pela oscilação de preços ou de índices de ações.

Risco Cambial: É o risco associado às oscilações nas taxas de câmbio assim como sua volatilidade.

Risco de Commodities: É o risco associado à oscilação nos preços de commodities (ex: metais, petróleo, agrícolas).

Risco de Inflação: Decorre da oscilação dos preços de bens e serviços na economia.

Metodologia para Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por quatro principais tipos de medidas: posições, sensibilidades (PV01), testes de estresse e o “Value-at-Risk” (incluindo testes de aderência e validações).

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil.

Posições

O monitoramento e controle das posições do banco apenas por seu valor de mercado não fornecem uma sensibilidade adequada a real exposição aos diversos fatores de risco do banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco faz-se necessária para um melhor monitoramento e análise das exposições.

Durante o todo o ano de 2015, os níveis médios de risco de mercado não apresentaram mudanças bruscas, reduziram gradativamente ao longo de todo o ano. Em 31 de dezembro de 2015, o VaR para a exposição de trading atingiu R\$ 265,8 mil e o VaR Global (Trading e Banking) – R\$ 34.776,3 mil. Comparativamente, em 31 de dezembro de 2014, o VaR para a posição de trading atingiu R\$ 529,1 mil e o VaR Global – R\$ 64.505,1 milhões.

Análise de Cenários de Estresse

O teste de estresse é um método para medir a perda potencial em uma carteira devido a eventos extremos (baixa probabilidade) de mercado. A realização de testes de estresse pela área de risco de mercado atende tanto às políticas globais do Banco quanto as exigências das autoridades reguladoras.

Os testes de estresse são uma importante ferramenta para complementar o modelo primário de medida de risco (VaR).

A área de risco de mercado é responsável por:

- Definição e revisão da metodologia interna utilizada para os testes de estresse;
- Realização e monitoramento dos testes de estresse periodicamente;
- Elaboração dos relatórios de resultados dos testes.

A área de risco de mercado também é responsável pela realização e definição dos parâmetros utilizados nos testes de estresse exigidos pelas autoridades reguladoras.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira da instituição. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de mercado da instituição visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas / ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

A Instituição conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I) , 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela administração foi referenciada por fonte externa independente: BM&F - BOVESPA e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Tesouraria, que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (Trading Book) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (Banking Book);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um

deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda esperada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários

Cenário 1: Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 2: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 3: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Os cenários adotados para a Carteira banking encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre acréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem amplitude consideravelmente elevada, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Trading – premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Dólar à Vista	acrécimo de 10%	acrécimo de 25%	acrécimo de 50%
Bolsa BM&FBOVESPA	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%

Os cenários apresentados na tabela acima referente à Carteira Trading refletem situação de deterioração das expectativas macroeconômicas: as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre grandes oscilações, a bolsa brasileira cai.

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Dólar à Vista	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%
Bolsa BM&F BOVESPA	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	alta de 10%	alta de 25%	alta de 50%

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para as carteiras (Trading e Banking). Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira Trading – resultados para os fatores de risco (R\$ mil) 31/12/2015			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa Prefixada em Reais	(703)	(1.731)	(3.383)
Ações e Índices	(307)	(767)	(1.535)
Inflação			(1)
Dólar e Cupom de Dólar	(102)	(256)	(514)
Perda Total	(1.112)	(2.754)	(5.433)
Carteira Banking – resultados para os fatores de risco (R\$ mil)			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(8.371)	(19.238)	(33.900)
Taxa Prefixada em Reais	(23.482)	(50.231)	(76.163)
Ações e Índices	(187)	(468)	(937)
Inflação	(3.298)	(8.101)	(15.744)
Perda Total	(35.338)	(78.038)	(126.744)

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.
- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.
- Ações e Índices – Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- Inflação – Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 99%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nessa carteira, o quadro gerencial abaixo - que inclui derivativos, ativos e outros - aponta os descasamentos das operações da Instituição. Nele se verifica que há um descasamento substancial das posições pré-fixadas, que dariam um impacto negativo nos resultados, caso houvesse aumento das taxas de juros. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

2015		
Indexador	Ativo	Passivo
Pré fixado	2.228.207	4.818.775
LFT / LBC	3.307.263	524.146
CDI	2.930.356	6.339.293
Dólar - BCC Venda	7.172.688	6.678.388
TR Mensal	14.860	12.561
IGPM	104.303	18.103
IPCA	638.554	529.161
UR1516-BTN	3.071	-
LIBOR-SEMESTRAL	88.271	-
Total	16.487.573	18.920.427

2014		
Indexador	Ativo	Passivo
Pré fixado	1.399.327	761.765
LFT / LBC	2.368.218	569.462
CDI	6.035.819	6.176.020

Dólar - BCC Venda	1.891.687	4.005.802
TR Mensal	66.355	12.657
IGPM	26.614	15.294
IPCA	1.136.623	1.086.793
Ibovespa Futuro	3.028	-
	8.744	-
Total	12.936.415	12.627.793

Backtesting

Backtesting é um método utilizado na avaliação da qualidade do modelo de VaR utilizado pelo banco.

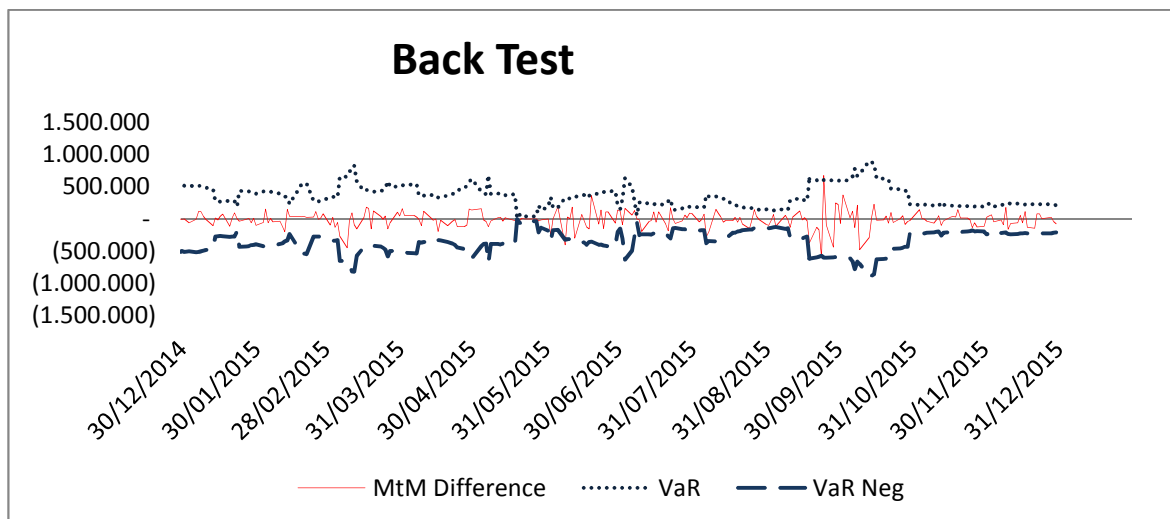
O método compara os resultados previstos pelo modelo de VaR com os resultados efetivos medidos pelas diferenças de valores da carteira a cada dia, quando marcadas a mercado.(clean P&L).

Sua função é medir a capacidade de previsão de perdas potenciais do modelo de VaR sob condições normais de mercado, dado um determinado nível de confiança. Caso o P&L exceda o VaR temos um “outlier”, caso a quantidade de “outliers” supere o nível de confiança o modelo deve ser revisado.

O Banco tem como prática a utilização do *backtesting* na validação e aderência do modelo de Value-at-Risk nas carteiras do banco.

A área de risco de mercado é responsável pela realização do *backtesting*.

A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). Seu principal objetivo é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem. O gráfico a seguir mostra o VaR diário e o resultado correspondente dos últimos 12 meses, no qual os resultados adversos não superaram o estimado, ou seja, o número de rompimentos está dentro do limite definido pelo nível de confiança do modelo adotado, prova de sua consistência.



Value-at-Risk

O Value-at-Risk (valor em risco ou VaR) de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (holding period).

O Value-at-Risk é uma importante ferramenta de gerenciamento de risco utilizada internamente e também utilizada para fins de cálculo de capital regulatório.

Os parâmetros empregados no cálculo do VaR podem variar de acordo com o perfil das posições que estão sendo analisadas. Modelos regulatórios e proprietários podem ter diferentes holdingperiods e intervalos de confiança.

Sistemas

O CCB Brasil utiliza os seguintes sistemas para cálculo e monitoramento de risco de mercado:

- MAPS - RMS Risk Management System : Sistema Global para Cálculo de risco de mercado e controle das posições e cálculo de risco de mercado regulatório;
- Proteu – CRK Soluções Financeiras: Sistema Global para o cálculo de resultados da carteira trading.

Responsabilidades

A área de Risco de Mercado é responsável por:

- Monitorar e analisar posições aos fatores de risco;

- Assegurar que posições estão de acordo com limites estabelecidos e aprovados internamente;
- Assegurar que os procedimentos internos estão de acordo com as políticas de risco de mercado definidos pelo Comitê Financeiro;
- Analisar previamente os fatores de risco de novas operações;
- Calcular e enviar os relatórios regulatórios referentes a risco de mercado;
- Elaborar e revisar documentação das políticas e procedimentos da área de risco de mercado.

Risco de Crédito

Introdução ao tratamento do risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O processo de tomada de decisões garante agilidade e foco nas ações de crédito, levando em consideração oportunidades de negócios e mudanças de cenários. A prioridade tem sido fazer crescer o volume de ativos, maximizando a relação de risco/retorno. Para isso, o CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações na Instituição. Difere, portanto dos conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721 e ao novo acordo da Basileia, existem estruturas de comitês e comissões específicas para melhor gestão, controle e acompanhamento desse risco.

Para algumas operações de valores mais representativos, o CCB Brasil concede crédito mediante apresentação de uma garantia que mitigue o risco da contraparte.

Segue abaixo principais exposições ao risco de crédito do CCB Brasil:

	2015	2014
Instrumentos de Dívida	4.045.274	3.602.261
Derivativos	962.378	650.273
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	724.184	409.853
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.282.822	9.765.727

Outros empréstimos e recebíveis	33.658	42.604
Garantias prestadas	3.492.404	4.157.402
Exposição máxima ao risco de crédito	15.540.720	18.628.120

Garantias Recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias bancárias utilizadas para as operações financeiras no CCB Brasil são, normalmente, as garantias reais e as garantias pessoais. As garantias reais são aquelas que incidem sobre um bem ou coisa específica, e as mais usadas, são a hipoteca, o penhor (ou caução) e a alienação fiduciária. As garantias pessoais incidem sobre todo o patrimônio dos coobrigados, sem determinação expressa sobre um bem específico. Essas garantias só incidem sobre o patrimônio, o que torna um devedor insolvente, sem patrimônio, fora do alcance de qualquer medida de execução de contrato.

As garantias pessoais podem ser concedidas por pessoas físicas ou jurídicas, onde as mesmas assumem a obrigação de honrar os compromissos assumidos na operação de crédito mantida com o cliente. As garantias pessoais utilizadas são a fiança e o aval. A fiança é um contrato autônomo e acessório de garantia, através do qual o fiador compromete-se a cumprir com as obrigações do afiançado perante o banco, e exige a qualificação das partes, só podendo ser formalizada, expressamente, por instrumento escrito – público ou particular. A fiança é um contrato que garante contratos (mútuo, abertura de crédito, etc.). O fiador responde com todo o seu patrimônio e tem o direito, se dele não abrir mão, ao benefício de ordem, ou seja, só poderá ter seus bens executados depois de executados os bens do afiançado. O aval é uma característica de um título de crédito, que permite a um terceiro, pela mera aposição de sua assinatura, aceitar ser coobrigado em relação às obrigações do avalizado. Se o aval não identificar o avalizado, o avalista estará garantindo o último devedor do título. O aval não exige a outorga do cônjuge ou a qualificação do avalista e não tem benefício de ordem, ficando o avalista coobrigado pelo pagamento total do título. O Banco se utiliza das garantias pessoais em quase todas as operações de crédito, muito embora representem uma mitigação mais baixa comparada a das garantias reais.

As garantias reais utilizadas nas operações são bens ou direitos de recebimentos dados em garantia de obrigações relativas às operações de crédito. As operações com recebíveis (caução) representam o segundo grande mitigador do risco de crédito no CCB Brasil e está representado por contratos que os tomadores possuem com terceiros, duplicatas e direitos creditórios de modo geral. O penhor de direitos, dinheiro ou títulos de crédito também pode ser chamado de caução.

O penhor mercantil está classificado como demais garantias e tem como principal vantagem a possibilidade de uso em operações em que outras garantias não possam ser utilizadas (como no caso do crédito rural). Sua principal desvantagem está ligada à natureza ou ao valor dos bens que são objeto de penhor: depreciação, remoção, transporte, obsolescência,

dificuldades de encontrar comprador etc. Essa garantia não é utilizada sempre que for possível constituir alienação fiduciária em garantia, uma vez que o penhor deve respeitar a preferência dos créditos privilegiados (trabalhistas e fiscais). O penhor mercantil ou industrial pode se constituir no estoque de matéria-prima ou de produto acabado, como bem objeto da relação.

O penhor é também, basicamente, um direito de privilégio na execução de um bem móvel. Tal como no caso da hipoteca, o bem deve ser descrito através de contrato formalizado por instrumento escrito, embora não exija a forma pública. Exige-se também o registro do contrato em cartório de Títulos e Documentos para cautela contra direitos de terceiros. O penhor pode seguir diferentes normas jurídicas: civil, mercantil, cedular etc. Entretanto, todas as modalidades usadas em operações do banco dispensam a exigência da entrega do bem para sua constituição, podendo ser constituído um fiel depositário para se responsabilizar pelo bem, em caso de necessidade.

Do quadro de garantias destacam-se a alienação fiduciária e a hipoteca, sendo que na primeira há a transferência ao credor da propriedade resolúvel do bem, ou seja, o credor terá o domínio do bem vinculado a um termo ou a uma condição resolutiva, já na segunda, um bem imóvel, do devedor ou terceiro, é dado em garantia para assegurar o pagamento de determinada dívida, sem que exista a transferência da posse do bem ao credor.

A hipoteca é o direito real de garantia classificado no quadro como “Bens Imóveis” que dá ao credor o privilégio na execução de um bem imóvel e de suas partes acrescidas. No Direito Civil brasileiro, imóvel é basicamente o terreno. As construções e os bens móveis que nele são colocados representam acessórios e podem incorporar-se ao imóvel. A hipoteca é um contrato formal, que exige a escritura pública (lavrada no livro próprio do cartório de Ofício de Notas) e o registro no cartório de Registro de Imóveis (RGI) da comarca em que estiver o bem, para sua constituição. Sua maior desvantagem é a preferência que sofre para credores trabalhistas e fiscais, que têm direito de receber antes dos credores hipotecários e o prazo de sua execução.

A alienação fiduciária em garantia incide sobre bens móveis, classificados no quadro como “equipamentos e bens” e, mais recentemente, imóveis e consiste na transferência da propriedade do bem para o credor enquanto durar a obrigação garantida. Essa característica permite que se afaste o direito dos credores privilegiados, uma vez que se trata de bens de terceiros, estranhos ao patrimônio do devedor até a quitação da dívida. A alienação fiduciária, em princípio, não será atingida pela falência ou concordata, por ser um bem estranho à massa falida. Em caso de falência, as chances de recuperação de crédito com garantia hipotecária ou pignoratícia são ainda mais remotas, uma vez que o quadro de classificação dos créditos a serem pagos, depois de todo o longo processo de sindicância, exige antes o pagamento de créditos trabalhistas e fiscais, despesas feitas por terceiros para conservação dos bens e encargos da massa.

Medidas e Ferramentas de Mensuração do Risco de Crédito na Carteira

Ferramentas de *Rating*

O CCB Brasil usa modelos próprios de rating internos no que diz respeito à análise de risco da operação, em cumprimento à Resolução 2.682, que dispõe sobre a classificação e constituição de provisão para as operações de crédito, mediante a utilização dos nove níveis de risco. As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, a períodos de atraso e grupo econômico.

Para efeito da avaliação da carteira de crédito, a área de gestão de riscos adotou modelo interno para mensuração do VaR de crédito, cuja fundamentação teórica está baseada em abordagem atuarial. O VaR da carteira de crédito está associado a uma distribuição de perda agregada para um determinado nível de confiança. A média desta distribuição é a Perda Esperada (PE), que representa a expectativa de perda, em média, num determinado período de tempo, cuja proteção é realizada por meio de provisão. Já o Capital Econômico, que está associado à Perda Inesperada, é determinado pela diferença entre o VaR e a PE. Para esta parcela, o Banco protege-se alocando capital para cobertura de riscos. Desta forma, o VaR com nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima que um portfólio pode sustentar em 99% dos casos, desconsiderados os eventos raros cuja probabilidade de ocorrência é de apenas 1%, ou seja, a probabilidade que a perda da carteira ultrapasse o valor do VaR é de 1%.

Para o cálculo do VaR e de outras medidas estatísticas o Banco utiliza a metodologia de simulação de Monte-Carlo. Trata-se de uma metodologia onde os eventos de crédito são simulados em um ambiente computacional para um número muito grande de vezes, sendo os valores das perdas, para cada um dos cenários simulados, armazenados e agrupados estatisticamente em uma coleção de onde são calculados diretamente os valores em risco (VaR) para cada um dos níveis de confiança.

Cálculo da Probabilidade de Inadimplência Individual

Escala de Risco

Paraque seja possível calcular o risco da carteira de crédito, é necessário avaliar cada um dos clientes e definir patamares diferenciados de risco. Representado por uma escala numérica de 1 a 22 (1=menor risco e 22=maior risco), as empresas são agrupadas em classes homogêneas de risco, que indica o grau de risco da empresa analisada e a respectiva probabilidade de inadimplência.

A escala adotada apresenta 19 classes ativas e 3 indicativas de default utilizadas para classificar as empresas inadimplentes no momento da consulta (que apresentam pelo menos um dos eventos caracterizadores de inadimplência).

Probabilidade de Inadimplência

A área de gestão de riscos possui avaliação independente da área de concessão de crédito das classes de risco dos clientes. As 22 classes seguem a indicação da probabilidade de inadimplência associada a cada classe de risco, que oferece a medida objetiva do grau de risco. Apresentamos, a seguir, as probabilidades de inadimplência associadas às classes de risco.

Equivalente Serasa Experian	Probabilidade de Default	Probabilidade média de Default	Risco
1	0,00% a 0,10%	0,05%	Muito Baixo
2	0,10% a 0,20%	0,15%	Muito Baixo
3	0,20% a 0,30%	0,25%	Muito Baixo
4	0,30% a 0,40%	0,35%	Muito Baixo
5	0,40% a 0,50%	0,45%	Baixo
6	0,50% a 0,75%	0,62%	Baixo
7	0,75% a 1,0%	0,87%	Baixo
8	1,00% a 1,25%	1,12%	Baixo
9	1,25% a 1,50%	1,37%	Moderado
10	1,50% a 2,00%	1,75%	Moderado
11	2,00% a 3,00%	2,50%	Moderado
12	3,00% a 4,00%	3,50%	Moderado
13	4,00% a 5,00%	4,50%	Moderado
14	5,00% a 8,00%	6,50%	Moderado
15	8,00% a 10,00%	9,00%	Moderado
16	10,00% a 15,00%	12,50%	Alto
17	15,00% a 30,00%	22,50%	Alto
18	30,00% a 50,00%	40,00%	Alto
19	50,00% a 99,99%	75,00%	Alto
20	Default	Cesta de Eventos	Muito Alto
21	Default	Recup. Judicial e Extra	Muito Alto
22	Default	Falência	Muito Alto

Cálculo do VaR de Crédito

O Banco se utiliza da ferramenta desenvolvida em conjunto com a SERASA EXPERIAN, denominada de Portfólio Multi-Análise. Desenvolvido sobre os critérios de mercado da SERASA, recebe as probabilidades de default ajustadas para cada um dos fluxos e, dado o nível de confiança especificado em sua entrada, calcula o VaR (Value-at-Risk) da carteira de crédito.

No paradigma atuarial o risco é mensurado em termos dos fluxos de caixa futuros, quer dizer, o risco de default de um contrato presente até seu vencimento. Como se trata de uma metodologia atuarial e não de mensuração de valores, a metodologia atuarial não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo CCB Brasil com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente a componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de default aos vencimentos dos contratos. A metodologia de cálculo é sensível ao fato que

contratos com vencimentos mais longos possuam maior risco de crédito do que contratos com vencimentos mais curtos.

Parâmetros de risco de crédito

As estimativas de parâmetros de risco (PD) é baseada na avaliação da Serasa Experian e considera a Matriz de Transição que é a principal ferramenta para determinar a probabilidade de que um devedor com uma qualificação determinada mude de qualificação durante um período específico.

O cálculo da LGD (loss given default, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

Gestão de Ativos e Passivos e Risco de Liquidez

Visão Geral

O Banco utiliza o conceito de Liquidez Imediatamente Disponível (LID) como o montante de recursos que podem ser utilizados pelo Banco, sem discussão nem contingências, num prazo que caracteriza a janela de liquidação de 24 horas. A avaliação da liquidez nesse curto período justifica-se devido ao pouco tempo que se tem para a resolução de problemas dentro da janela de liquidação e também ao limitado alcance de se lançar mão de outros instrumentos que normalmente só se podem dar em D+1, D+2 ou D+3. Nessa condição se considera o desfazimento de ativos, cessão ou liquidação de operações, cujo tempo de realização pode ser superior àquele definido, o que limita sua utilização num regime crescente de contingência.

A manutenção da LID tem a finalidade de suprir eventuais necessidades decorrentes da não concretização de eventos previstos no fluxo normal de Ativos e/ou Passivos, num horizonte de tempo e se materializa pela somatória dos haveres registrados em numerário, Títulos do Governo Federal detidos em carteira própria, aplicações com lastro em títulos federais e superávits previstos no fluxo de caixa, o que inclui retorno de compulsórios. Os recursos para sua manutenção, por sua vez, podem advir de operações com CDB e Capital de Giro próprio da instituição.

Entre os fatores que podem impactar a LID, alguns são de origem exógena ao Banco: mudanças do Risco Brasil, crise internacional provocando estreitamento severo de liquidez sobre o Brasil (crises internacionais), brusca alta de juros ou aperto de liquidez no mercado, sinistro de algum banco de porte médio, seguido de efeito “manada” dos aplicadores, solicitação de liquidez dos depósitos a prazo antes da data prevista, brusca subida de exigência de recolhimentos compulsórios.

E outros, de origem endógena ao Banco: ativos de crédito não performados, inclusive LCs não cobertas pelos importadores, acionamento de Fianças prestadas, saque de Contas Correntes Garantidas (pela parte comprometida e não utilizada), retração dos aplicadores em decorrência de evento negativo afetando a imagem do Banco, deterioração sensível da performance do Banco.

Determinação da Necessidade Potencial de Liquidez do CCB Brasil

Regularidade (frequência) das avaliações de cenários.

Os cenários de liquidez têm avaliação diária e possibilita a avaliação do fluxo de recursos para um horizonte de até 180 dias. Considera necessidade potencial de caixa do CCB Brasil, que é uma função dos riscos suportados e também do número de clientes que podem vir a não renovar suas operações simultaneamente.

Para efeito da determinação da necessidade de liquidez do CCB Brasil trabalha-se, inicialmente, com o pressuposto de que o banco só será capaz de executar os ativos após sua janela de liquidação. Esta hipótese possui caráter conservador e justifica-se devido ao pouco tempo que se tem para a resolução de problemas dentro deste horizonte de tempo e também devido à possibilidade de redução ou execução dos ativos cuja liquidação só ocorrerá em D+1, D+2 ou D+3.

A necessidade potencial de liquidez do CCB Brasil é analisada segundo dois métodos distintos e complementares, sendo um “*backward-looking*” e outro “*forward-looking*”, ou seja, análise dos volumes históricos dos títulos e análise da carteira atual por meio de testes de estresse, respectivamente. Os dois métodos propostos são complementares, uma vez que o primeiro reflete o que de fato ocorreu no passado enquanto que o segundo “olha para a frente”, baseando-se nas carteiras correntes e nos cenários de estresse determinados.

Análise dos Volumes Históricos Liquidados pelos Clientes – *Backward-Looking*

É possível fazer uma análise retrospectiva do risco de liquidez do CCB Brasil observando-se os impactos, dia a dia, sofridos pela não renovação de clientes.

Análise do Risco de Liquidez por Meio de Teste de Estresse: *Forward-Looking*

A necessidade potencial de liquidez do CCB Brasil é analisada “olhando-se para frente”, isto é, tomando-se como referencial os seguintes conjuntos de informações:

- (i) os cenários de estresse considerados pelo Comitê Financeiro;
- (ii) as posições consolidadas dos clientes; e
- (iii) o número teórico de clientes que podem não-renovar simultaneamente as operações passivas ou de não pagar as operações ativas. Incluem-se, nos cenários de estresse possíveis atrasos no recebimento.

O Comitê Financeiro utiliza esses elementos quando analisa suas projeções.

Com base na análise da Matriz de Necessidade Potencial de Liquidez e também em função da composição dos seus ativos, o Banco poderá dimensionar o volume total das linhas de crédito contratadas ou a necessidade de pronta disponibilidade de seu caixa, bem como ter suficiente tempo para alcançar alternativas no mercado local ou internacional.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido pela possibilidade de escassez de caixa, o que pode acarretar incapacidade da Instituição honrar seus compromissos de curto prazo. O Banco realiza constante acompanhamento do grau de descasamento entre os fatores de risco primários, taxas e prazo entre os ativos e passivos da carteira.

O Banco mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a política de Risco de Mercado e Liquidez estabelecidos para a Instituição, adotando como instrumentos de gestão, projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo; limites de risco e plano de contingência de liquidez.

O CCB Brasil possui um sistema integrado de gestão de risco de liquidez que permite a atender as demandas regulatórias do BACEN (Resolução nº 2.804). Os resultados das análises dos Gaps de Liquidez são apresentados mensalmente no Comitê de Riscos.

Riscos Operacionais

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo de gestão do risco operacional tem início a partir da aplicação de uma metodologia própria para o mapeamento dos riscos e controles existentes nos processos. Quando necessário, são elaborados planos de ação para mitigação das principais ameaças identificadas nos processos. As etapas do gerenciamento de risco operacional são: identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos, comunicação e elaboração e acompanhamento do plano de ação.

Adicionalmente, são realizados os registros no sistema de base de dados de perdas operacionais e de gestão de risco operacional dos eventos ocorridos na instituição. Esse procedimento tem como finalidade a formação de uma base de dados a ser utilizada no cálculo de alocação de capital para cobertura do risco operacional, previsto pelo acordo da Basileia II, e proporciona informações suficientes para a identificação das causas desses riscos.

A conjunção das ações de mapeamento e monitoração dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e nos procedimentos adotados, bem como a redução dos riscos existentes.

A exposição ao risco operacional é revisada ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com a estratégia e apetite ao risco. A governança do risco operacional é exercida pela área e toda a administração da Instituição, com a supervisão do Comitê de Auditoria. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa à redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

No quadro abaixo é demonstrado o percentual de perda resultante de falhas operacionais por categoria de evento para o CCB Brasil:

Categoria de evento de perda	2015	2014
Práticas Inad. Relat.a Clientes/Produtos/Serviços	81,53%	80,21%
Fraude Externa	0,81%	0,00%
Demandas Trabalhistas	17,19%	19,79%
Falhas na Execução e Cumprimentos de Prazos	0,47%	0,00%
Fraude Interna	0,00%	0,00%
Danos a Ativos Próprios ou em Uso pela Instituição	0,00%	0,00%
Eventos de Interrupção das Atividades	0,00%	0,00%
Falhas em Sistemas de Tecnologia da Informação	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%

40. Convergência do padrão contábil às normas internacionais de contabilidade (IFRS)

Conforme detalhado na nota 1.b, a transição para o IFRS foi contabilizada de acordo com o IFRS 1 e a data da transição escolhida pelo CCB Brasil foi 1º de janeiro de 2009. Consequentemente as políticas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras foram alteradas nesta mesma data com o objetivo de atender o IFRS em relação com as aplicadas para fins de BR GAAP.

As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da transição para o IFRS e a reconciliação dos efeitos dessa transição estão apresentadas abaixo.

Reconciliação entre BRGAAP e IFRS aplicáveis ao Patrimônio Líquido e Resultado Abrangente consolidados do CCB Brasil em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		734.469	1.219.448
Efeitos de consolidação de FIDCs		-	(4.667)
Patrimônio líquido - Base IFRS		734.469	1.214.781
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos:			
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	a	230.369	319.640
Créditos recuperáveis	b	52.426	-
Reversão da amortização do ágio da CCB Brasil Financeira	c	45.600	49.627
Mensuração ao valor justo de captações externas	d	28.441	(75.814)
Provisão para contingência garantias prestadas	e	24.988	-
Comissão a correspondentes no país	f	14.090	-
Designação de instrumentos híbridos na categoria "valor justo através do resultado"	g	(1.343)	(15.767)
Mensuração de Empréstimos e Recebíveis ao custo amortizado por meio da utilização da Taxa Efetiva de Juros	h	(12.322)	(8.690)
Mensuração de desconto concedido em empréstimos a clientes	i	(38.507)	(43.514)
Impostos diferidos	j	(157.066)	(90.192)
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS		921.145	1.350.071
Prejuízo líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		(491.757)	(735.158)
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos:			
Mensuração ao valor justo de captações externas	d	104.255	(47.744)
Créditos recuperáveis	b	52.426	-
Provisão para contingência garantias prestadas	e	24.988	-
Designação de instrumentos híbridos na categoria "valor justo através do resultados"	g	14.425	(8.851)
Comissão a correspondente no país	f	14.090	-
Mensuração de desconto concedido em empréstimos a clientes	i	5.007	(13.695)
Alteração das taxas de conversão de transações denominadas em moeda estrangeira	l	(3.055)	16.778
Mensuração de Empréstimos e Recebíveis ao custo amortizado por meio da utilização da Taxa Efetiva de Juros	h	(3.633)	(2.090)
Reversão da amortização do ágio da CCB Brasil Financeira	c	(4.027)	7.474
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	a	(83.982)	307.051
Impostos diferidos	j	(64.239)	(117.009)
Prejuízo líquido atribuído à Controladora em IFRS		(435.502)	(593.244)

Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Estão apresentadas abaixo as práticas contábeis aplicáveis ao CCB Brasil em conformidade com o BRGAAP que diferem significativamente do IFRS e que são apresentadas nas reconciliações acima.

a. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

No BRGAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, de acordo com norma específica do Conselho Monetário Nacional. De acordo com essa regulamentação, as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência. No BRGAAP a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador.

O IAS 39 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável. Uma operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda de seu valor recuperável e perdas por redução ao valor recuperável ocorreram se existir evidência objetiva de redução ao valor recuperável como consequência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial da operação de crédito (evento de perda) e este evento ou eventos tem impacto em seu fluxo de caixa futuro estimado e possa ser confiavelmente estimado.

Deve-se primeiro avaliar individualmente se uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável existe para as operações que são significativas individualmente e individualmente ou coletivamente para as operações que não são significativas individualmente. Se não existir evidência objetiva para uma operação avaliada individualmente, significativa ou não, deve-se incluí-la em grupo de operações com características similares e avaliá-las coletivamente. Aquelas operações que são avaliadas individualmente e que para as quais uma perda por redução ao valor recuperável é registrada não devem ser incluídas na avaliação coletiva.

Para ativos individualmente significativos, a perda por redução ao valor recuperável é mensurada com a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se perdas futuras de crédito que não ocorreram) descontados a taxa efetiva de juros original da operação de crédito.

As diferenças entre normas do BRGAAP e IFRS resultaram em valores distintos de perdas por redução ao valor recuperável e em consequência o ajuste foi reconhecido.

Nova metodologia interna para classificação de clientes e atribuição de ratings (Válido a partir de Setembro de 2014), no BRGAAP.

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração.

A partir de Setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de classificação de clientes e atribuição de ratings, para alinhamento às práticas do novo controlador, a provisão de créditos de liquidação duvidosa passou a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes:

a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de ratings de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de ratings, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do rating de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas mas não limitadas as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

Em decorrência da alteração exposta acima houve um aumento significativo da diferença entre as provisões de valor recuperável do BRGAAP e IFRS, dado que este último considera apenas as perdas incorridas no processo de cálculo desta provisão.

b. Créditos Recuperáveis

De acordo com o BRGAAP as operações de crédito classificadas a mais de 180 dias no nível de risco H, segundo critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, devem ser baixados para prejuízo, enquanto o IFRS estabelece que a baixa de créditos para prejuízo leva em consideração o valor recuperável da operação e a impossibilidade de sucesso nos diversos mecanismos de cobrança utilizados pela instituição.

c. Reversão da amortização de ágio da CCB Brasil Financeira

Segundo o BRGAAP, o ágio é amortizado pelo montante equivalente ao resultado auferido pela empresa adquirida e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

De acordo com o IFRS, o ágio não é amortizado, porém é revisado anualmente para desvalorização de seu valor contabilizado ao nível das unidades geradoras de caixa (conforme definido pelo IAS 36 – Redução no Valor Recuperável de Ativos) ou se e quando surgirem indicadores de redução ao valor recuperável (impairment).

Desta forma, o valor da amortização do ágio amortizado no GAAP anterior foi recomposto em virtude da ausência de evidência de impairment.

d. Mensuração ao valor justo de captações externas

De acordo com as normas o BRGAAP, todos os passivos emitidos pela entidade devem ser mensurados pelo custo amortizado, por meio da valorização do contrato pela taxa nominal pactuada junto ao investidor. De acordo com o IFRS, uma entidade pode designar um passivo financeiro ao valor justo através do resultado quando tal mensuração resultar em informação mais relevante uma vez que elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes denominada inconsistência contábil) que de outra forma resultaria da mensuração de ativos e passivos ou do reconhecimento de ganhos ou perdas sobre estes por critérios de mensuração distintos. O CCB Brasil designou captações externas (mensuradas ao custo amortizado de acordo com o BRGAAP) na categoria “passivos financeiros ao valor justo através do resultado” com o propósito de igualar o modelo de mensuração destes passivos com o dos derivativos atrelados, que também são mensurados ao valor justo.

A diferença entre o custo amortizado e o valor justo dos passivos classificados na categoria “passivos financeiros ao valor justo através do resultado” gerou ajuste de critério contábil.

e. Provisão para contingências garantias prestadas

De acordo com o BRGAAP as garantias prestadas pelo Banco devem ser classificadas em níveis de risco segundo critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, para os quais existem percentuais mínimos de provisionamento, enquanto no IFRS as garantias prestadas pela instituição são avaliadas como contingências passivas cujo registro de provisão ocorrerá quando for provável o desembolso de recursos.

f. Comissão Correspondente no País

No BRGAAP, a partir de 2015, um terço das comissões pagas na intermediação de empréstimos consignados foram apropriadas no resultado do exercício enquanto no IFRS foram incorporadas a taxa efetiva das respectivas operações de crédito.

g. Designação de instrumentos híbridos na categoria “valor justo através do resultados”

Em 2010 o CCB Brasil adquiriu Credit Linked Notes emitidas por instituição financeira no exterior. Estes instrumentos financeiros são caracterizados como “instrumentos financeiros

híbridos” devido à existência de um derivativo implícito (derivativo de crédito atrelado ao risco subjacente de um terceiro) não intimamente relacionado com o contrato principal (instrumento de dívida com risco de crédito do emissor). Como alternativa a mensuração segregada dos dois componentes da estrutura, o CCB Brasil optou por classificar o instrumento, em sua integridade, na categoria “ativos ao valor justo através do resultado”.

Devido a inexistência da opção de mensurar ativos “ao valor justo através do resultado” no BRGAAP, a diferença entre o custo amortizado deste instrumento (classificado no BRGAAP como mantido até o vencimento) e o valor justo geraram ajuste de critério contábil.

h. Mensuração de Empréstimos e Recebíveis ao custo amortizado por meio da utilização da Taxa Efetiva de Juros

De acordo com o BRGAAP, as receitas com tarifas cobradas de clientes que constituam receita efetiva devem ser reconhecidas no resultado do exercício a que se referem. Os custos pagos pela instituição para a originação de operações (comissões dos originadores) atualmente são registradas na rubrica de "despesas antecipadas" e reconhecidas como despesa de acordo com o regime de competência, de forma linear pelo mesmo prazo das operações de crédito geradas. De acordo com o IAS 18, o reconhecimento de receita para taxas de serviços financeiros depende das finalidades para as quais as taxas são fixadas e a base contábil de qualquer instrumento associado. As taxas que são integrantes da Taxa Efetiva de Juros incluem basicamente tarifas / comissões de originação recebidas pela entidade pela geração de ativos financeiros não classificados na categoria “valor justo através do resultado”.

Neste conceito, enquadram-se as Tarifas de Abertura de Crédito (TAC – PJ) e a Tarifa de Administração de Direitos Creditórios (TADC). Essas tarifas incluem remuneração por atividades de avaliação de condições financeiras do tomador, avaliação e registro de garantias, administração do fluxo financeiro dos recebíveis garantidores da dívida, dentre outros. Estas tarifas são parte integrante na geração de um envolvimento contínuo com os instrumentos financeiros resultantes e, juntamente com os respectivos custos de transação, são diferidas e reconhecidas como ajuste à taxa efetiva de juros.

Considerando o conceito acima, enquadram-se neste conceito a Tarifa de Abertura de Crédito (TAC – PJ) e a Tarifa de Administração de Direitos Creditórios (TADC).

A diferença entre a apropriação de juros pela taxa contratual (BRGAAP) e pela taxa efetiva de juros (IFRS) gera ajuste de critério contábil.

i. Mensuração de desconto concedido em renegociação de empréstimos, não exigidos no BRGAAP

Mensuração de valor presente de operações de crédito de longo prazo não requerido pelo BRGAAP

De acordo com IAS 39, a entidade deve mensurar o desconto advindo de ajuste a valor presente de empréstimos e adiantamentos a clientes e reconhecer o ativo pelo seu valor presente na posição patrimonial. A taxa de desconto contratual ou implícita deve ser adotada consistentemente até a realização do ativo em períodos futuros, reconhecendo o efeito dos juros na demonstração de resultado do exercício.

j. Impostos diferidos

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS.

l. Alteração das taxas de conversão de transações denominadas em moeda estrangeira

Em BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funiconal da entidade (Real) por meio da utilização da cotação “PTAX 800” (média praticada no dia), conforme determinam as regras do Banco Central do Brasil. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra (para ativos em moeda estrangeira) e venda (para passivos em moeda estrangeira).

m. Outras diferenças de critério

No momento da construção do balanço de abertura, o CCB Brasil efetuou algumas reclassificações de ativos com vistas a melhor atender as características de ativos e passivos à luz das normas internacionais de contabilidade. Estes ajustes geram reclassificações entre linhas de ativo e passivo mas não impactam o patrimônio líquido ou resultado do exercício:

- **Carteira de câmbio**

Um ativo financeiro e um passivo financeiro serão compensados e o valor líquido apresentado na demonstração financeira quando, e apenas quando, uma entidade: (a) tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos; (b) pretender liquidar sobre uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Considerando que as operações de câmbio negociadas no Brasil atendem estes requerimentos, tais foram contabilizadas em uma base líquida para fins de IFRS, podendo ser apresentados no ativo ou passivo dependendo da posição líquida (devedora ou credora) no final do período de reporte.

- **Operações de arrendamento mercantil**

As operações de arrendamento mercantil efetuadas no país sob o escopo da Lei 6.099 são caracterizadas, de acordo com a norma internacional, como instrumentos financeiros com pagamentos fixos e determinados e sem mercado ativo. Tais características levam à sua classificação na linha de “empréstimos e recebíveis – empréstimos e adiantamentos à clientes”.